

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Abril 26

-----Aos 26 dias do mês de Abril do ano de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

-----**PONTO DOIS** - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR--
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDAA
DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

-----**PONTO TRÊS** – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA AS--
SEMBLEIA MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTº 39 DO----
RAM; -----

-----**PONTO QUATRO** – APRECIAR E VOTAR, SOB PROPOSTA DO
EXECUTI-

-----VO, O INVENTÁRIO PATRIMONIAL E DOCUMENTO DE -----
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2005;-----

-----**PONTO CINCO** – DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA
CRIAÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL.-----

-----Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) declarou aberta a Sessão às quinze horas e trinta minutos. -----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José de Oliveira e Sousa, José Manuel Cardoso Buço, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (JF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - Membros: Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, José Laranjeiro Costa e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meãs-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Abril 26**

-----Presença dos Vereadores: Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro e Manuel Alberto Gonçalves Góis. -----

-----**SUBSTITUIÇÕES** - Os Membros da Assembleia (MAM) Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, José Laranjeiro Costa e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meãs pediram a sua substituição, fazendo-se representar, respectivamente, através de Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, José de Oliveira e Sousa e o Secretário da JF de Meãs, Carlos Alberto Salgado Travassos, de acordo com os artigos 78º e 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Foram, entretanto, aceites pedidos de justificação de faltas e/ou atrasos dos Membros desta Assembleia Municipal, que foram despachados e arquivados em dossier próprio. -----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;** -----

-----O PMAM usou da palavra, referindo: “Verificada a existência de quórum começo por cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal (PCM), os Vereadores, os Membros da AM, Presidentes de JF e uma primeira palavra para as pessoas que vêm substituir, nomeadamente a jovem Lúcia Pagaimo, igualmente, o Oliveira e Sousa e o Carlos Travassos. Sejam bem vindos e tenho a certeza de que vão emprestar a esta AM uma maior riqueza o que, desde já, agradeço. E, dito isto, iniciaremos os nossos trabalhos, obviamente, a partir do Ponto Um – Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

-----Foi analisado o resumo da correspondência recebida e expedida, desde a última Sessão, oportunamente enviado aos MAM e dado conhecimento das cartas de pedido de substituição dos MAM, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, José Laranjeiro Costa e PJF de Meãs. -----

-----O PMAM colocou à apreciação a acta nº 01/06, de 22 de Fevereiro do corrente ano e não se tendo registado intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 01; -----

----- Votos a favor – 32. -----

----- A presente acta foi aprovada por maioria. -----

----- Posteriormente, foram dados cinco minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Abril 26**

----- E foram aceites: -----

----- **Proposta** subscrita pelo MAM Fernando Ramos, do Partido Socialista (PS) ("**Lei de Bases Sistema Educativo**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33.-----

----- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Intervenção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias ("**Requalificação do Parque Escolar na Freguesia de Tentúgal**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**.-----

----- **Moção** subscrita pelo MAM Olímpio Varela Baía, do PS ("**33º Aniversário Grupo Cénico Amador da Portela**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33.-----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo MAM Rui Rodrigues, do PS ("**40º Aniversário do Rancho Folclórico da Vila de Pereira**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**.-----

----- O MAM Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Obviamente que a nossa bancada se associa e também ao Grupo Cénico e Amador da Portela pelo desempenho e a forma tão brilhante como eles têm dignificado a cultura e os objectivos a que se têm dedicado em prol do nosso Concelho e da nossa Região. Felicitamos, também, nesta hora, desta forma e pela passagem por mais esta efeméride”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Abril 26**

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Verride, Arménio Pato ("**Mostra de Iguarias e Sabores Tradicionais do Baixo Mondego - Felicitações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo MAM Vítor Travassos, da CMNRC, ("**Moção de congratulações a diversas Associações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**. -----

----- O Membro Jorge Camarheiro pediu a palavra e disse: "É só para felicitar o Grupo da CMNRC por, finalmente, ter atendido ao meu pedido e de fazer uma moção englobando todas essas associações num só documento. Fico feliz por ver que ainda somos ouvidos, embora com tão pouca representação". -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF da Ereira, Fernando Curto ("**10º Festival da Lampreia**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Recomendação** subscrita pelo PJF da Ereira, Fernando Curto ("**Queda de paredão no lago do Rossio**") documento anexo à presente acta sob o número **08**. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

----- Esta Recomendação será enviada à CCDRC.-----

-----O MAM Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Permitam-me algumas questões que, não sendo da agenda de hoje, certamente caberão aqui. A primeira tem a ver com a página da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho na Internet que é, de facto, um excelente meio de trabalho, já o disse e volto a afirmar que o utilizo particularmente quando estou fora do País, que aconselho a todos a consultá-lo e, por isso, deixo este elogio, sobretudo, a quem o trabalha. Dentro dessa perspectiva gostaria que fizessem chegar a quem trabalha esta página uma nota para que sejam introduzidos os PJF(s) e a sua respectiva fotografia, na composição da AM de Montemor-o-Velho, uma vez que estão apenas como PJ num espaço à parte quando eles são também membros, de pleno direito, desta mesma AM. Esta questão leva-me, também, a sugerir o seguinte: penso que hoje é possível que, tal como as actas da CM se encontram na página, as actas da AM passem também aí a estar disponíveis. Ainda, relativamente a estas questões pude verificar que a CMMV é das poucas que disponibiliza o resultados das análises de água, em tempo real, a toda a população. Efectivamente, quando consultamos esse aspecto temos o grato prazer de verificar onde é que elas são recolhidas, dentro duma perspectiva alargada e que poderá ter como pontos chaves os Centro Paroquiais ou as escolas EB 2, 3. -----

----- Ainda relacionado com estas questões ditas virtuais, mas que são cada vez mais reais, voltava aqui a associar-me a um pedido foi feito pelo Líder do Grupo da CDU: que, tudo o que fosse possível deveria ser enviado por correio electrónico. Penso que quem o tem deveria disponibilizá-lo porque isso pouparia nos custos da própria CM e facilitaria a consulta imediata a cada um de nós. E, já agora, para terminar estas questões do virtual cada vez mais real, fica um desafio à CM: cada vez mais, os Municípios começam a ter acesso à Internet através da rede sem fios. Sinceramente, não verifiquei o custo que esta iniciativa representa; sei que existem apoios para que esse processo possa ser feito e, portanto, pelo menos ao nível daquilo que são as Sedes de Agrupamentos de Escolas, a Escola Secundária e a Profissional e, naturalmente, a CM gostaria que, se possível, se avançasse pois, penso, que está ao nosso alcance. Para terminar este assunto daquilo que é a informação real feita por modos virtuais, volto a salientar o que disse no início: de facto, quando consultamos as páginas, sobretudo aqui à volta, a nossa é a que tem uma maior actualização. Voltando à iniciativa do Ciclo da Água, o Engenheiro Carlos Borges, em nome da CM, fez uma intervenção da qual gostaria de possuir uma cópia, em formato electrónico ou em papel, porque tem ali dados que ajudariam a perceber a esta AM aquilo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

que, provavelmente, vamos ter que ouvir falar, independentemente de estarmos ou não de acordo, mas que no último mandato, pelo menos ninguém me pode ter acusado de não querer discutir esse ponto e de ter cautelas devidas. Encontram-se ali dados que necessariamente ajudarão a perceber porque é que, provavelmente, no fim deste mandato muitos de nós seremos acusados de ter aumentado desmesuradamente a água. No entanto, não quero antecipar-me a essa decisão e sugeria que fossem distribuídas fotocópias daquela intervenção, porque tem elementos interessantíssimos sobre esse aspecto.-----

-----Antes de terminar a minha intervenção, permitam-me que registre dois pontos: a atitude, pioneira em Portugal é certo, mas regular noutros Países da União Europeia e, sobretudo, dos Estados Unidos, da questão da residência para atletas de alta competição, numa parceria com a Universidade de Coimbra e com uma Federação, mas cujo protocolo permite de facto a abrangência para outras Federações, mesmo não de desportos náuticos e, portanto, Senhor PCM penso que, de facto, trazer gente independentemente daquilo que se vai seguir, é uma iniciativa louvável e para a qual a CM, tendo já o espaço, pode desafiar outras Federações. Os critérios estão bem definidos como foi referido pelo Senhor PCM, pelo Presidente do Comité Olímpico, e pelo Senhor Reitor da Universidade de Coimbra e que passam por perceber o que é um estudante com estatuto de alta competição das respectivas Federações. É algo que me apraz registar. -----

-----Por outro lado e no sentido de reforçar algo que aqui foi dito na última AM, na qual não estive, pelo Líder do Grupo da CDU e relativamente ao projecto AGNI. Permitam que acrescente o projecto Via Láctea porque penso que todos devemos ter um conhecimento suplementar desses projectos. Parece-me impensável que estes 2 projectos com um desenvolvimento que considero relevante e com uma oportunidade ímpar para o Concelho de Montemor-o-Velho, estejam a ter a oposição que têm, um dos quais, o projecto Via Láctea que foi inclusivamente não relacionado com o Concelho de Montemor-o-Velho. De facto existem algumas questões que a mim me preocuparam quando as li e, por isso, Senhor PCM gostaria que nós, enquanto responsáveis e líderes de opinião deste Município, como ontem referiu, pudéssemos fazer algo no sentido de, independentemente dos prós e contras, que cada um achamos para o projecto, de termos mais conhecimento sobre os mesmos de modo a empenharmo-nos para ter 2 investimentos que reputo de importantes para o Município de Montemor-o-Velho. Bom seria que esses investimentos não tivessem, de facto estas questões menos claras, que,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

por vezes, até parecem manipulações e outras vezes já não sei bem o que parecem. Portanto, importa aqui perceber, de facto, se estes projectos são, como eu julgo que são, importantes para o Município ou se, efectivamente, estamos a embarcar em algo de que nos venhamos a arrepender mais tarde e, portanto, gostaria de ter mais esclarecimentos sobre estes aspectos”.-----

----- O Membro Olímpio Baía (PS) pediu a palavra e disse: “Obrigado Senhor PMAM. A minha intervenção insere-se no trabalho que tivemos como membros do Júri para a atribuição do Prémio sobre a Conservação do Património. Na discussão e na tentativa de encontrar os concorrentes ao Prémio deparámo-nos com vários problemas, de entre os quais saliento o facto de um simples caiar ou pintar uma fachada principal apresentar candidatura e, assim, a maior parte dos projectos não reuniam condições. Propunha que, de futuro, este prémio que considero de elevada importância apresente através de, por exemplo, um desdobrável, um conjunto de normas em que as pessoas ao proporem a conservação do seu imóvel se candidatassem e tivessem que cumprir, para que de futuro fosse muito mais fácil a atribuição desse prémio. Tal permitiria que, logo à partida, os projectos sejam eliminados já cumpriram as regras”.-----

----- O Membro Oliveira e Sousa (PS) pediu a palavra e disse: “Com a devida vénia Senhor PMAM - para Vossa Excelência vão os meus respeitosos cumprimentos, extensivos aos Ilustres Secretários, Ilustres Membros do Executivo, aos meus Colegas, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

----- A política é a arte de governar, de gerir relações, encerrando também nela as normas de cortesia, urbanidade e de acessibilidade. Normas estas, pelas quais se pauta o meu comportamento. Como todos sabem fui e sou um admirador do Senhor PCM, pessoa que com as suas qualidades, denodo, de trabalho faz o melhor para gerir o nosso Concelho. É óbvio que estou emocionado, bastante emocionado e falava há pouco, no início da minha intervenção, nas normas de cortesia e urbanidade e nessas não pretendo divergir e, não divirjo, porquanto é esse o meu comportamento e a minha norma de civilidade. O PCM é um homem omnipresente, está em todo o lado - nada se faz, nada se materializa sem a sua presença e, por isso, no passado dia 24 de Março assisti a um evento que se materializou pela inauguração da iluminação da ponte de Pereira. Fiquei extremamente emocionado até porque confirmei que o Senhor PCM é uma pessoa de palavra, é uma pessoa de bem que sempre nos guiou por esse comportamento. É um homem que cumpre as promessas que faz e esta foi uma promessa que se materializou. No entanto seria bom que todas as promessas que fez se materializassem,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

nomeadamente a transferência da propriedade do Celeiro dos Duques de Aveiro para a JF de Pereira para que esta dele pudesse dispor para diversos eventos de que a Freguesia necessita: nomeadamente o teatro, o Rancho Folclórico ou outras situações. O Presidente da JF devia ter a liberdade de poder dispor do espaço e como há uma promessa penso que a vai cumprir pois é do seu timbre - promete e não falha. Não esqueço, também, as obras de adaptação da escola da Torre para Sede da JF, que na verdade é um espaço que trará outra dignidade àquele organismo e temos, ainda, a Santa Casa da Misericórdia cujas obras não sei se já estão realizadas. São todos estes eventos, inaugurados com pompa e circunstância, que me deixam realmente emocionado. Espero, Senhor PCM, que aquilo que prometeu seja cumprido, não só para Pereira, como para todas as outras Autarquias que fazem parte do nosso Concelho e, se assim for continuará a ter a minha admiração. Muito obrigado”. -----

----- O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Voltamos ao mesmo e isto faz recordar outros mandatos. O Membro Oliveira e Sousa, obviamente, passa muito tempo fora e talvez não queira observar as coisas tal qual elas são. Comemorámos ontem 32 anos do 25 de Abril, e eu queria que me referisse, ao longo destes anos, qual foi o PCM que fez uma intervenção nos Celeiros dos Duques de Aveiro, do quilate do que agora se fez. Está lá uma obra digna que foi feita e projectada por este Executivo. Meu amigo, há que termos a noção do razoável, a noção da seriedade e a noção da gratidão e ingratidão em política. Estou convencido que, em Pereira, as pessoas entendem, efectivamente, que esta Câmara tudo fez para dignificar o espaço cultural que não era mais do que um celeiro antigo e que estava ali muito carenciado de uma intervenção de fundo tal qual a que ali ocorreu - recuperou-se um imóvel que hoje é um espaço cultural aprazível que dignifica Pereira e o Concelho e no qual já se realizaram espectáculos culturais de grande valia para o Concelho e que dignificam muito a Vila de Pereira. Isso é que é o mais importante; importante era aqui dizer “até que enfim que chegaram a Pereira”, também momentos de cultura vindos de fora num espaço digno que pereirenses têm para os receber. O que faz são apenas jogadas de artilharia baixa, fazendo acusações que não resolvem os problemas e a Câmara entender-se-á com a Junta de Freguesia. Como está muito tempo fora, aconselho-o a visitar a página da Câmara Municipal onde está um artigo em que o Senhor Presidente da Câmara se empenha publicamente ali para estabelecer protocolos com os utilizadores. A Câmara também tem projectos e intenções de manter aquele espaço com toda a dignidade possível e elevar ali aquilo que de melhor em termos de valia técnica e de espectáculo do nosso Concelho ou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

até o estrangeiro nos pode produzir e, aí Pereira sente-se honrada certamente. As pequenas questões são para os outros; aqui na AM estamos para discutir grandes questões e estratégicas que honrem as localidades e dignifiquem o Concelho. Lamentavelmente, não o ouço, por exemplo, referir da grande necessidade que Pereira tem na questão ligada à saúde e que era bem mais importante que entrar em questões pessoais contra a pessoa do PCM; ele não precisa que o defenda, porque ele tem um estofo em termos políticos e humanos que não necessita disso. No entanto e enquanto líder do Grupo MNRC não me posso calar quando vejo que não se discute o essencial e, o essencial é que o Concelho tem um espaço fantástico que é o Celeiro dos Duques de Aveiro que está em Pereira que honra e dignifica Pereira e toda a Região”. -----

----- O Membro Oliveira e Sousa (PS) pediu, de novo, a palavra, tendo o Senhor PMAM dito que estariam inscritas mais pessoas e que, naturalmente, iria haver um esclarecimento adicional por parte do Executivo e não iriam entrar nesse tipo de discussão e que falaria, de imediato, o Membro Rui Rodrigues que estava já inscrito”. -----

----- O Membro Oliveira e Sousa, disse: “Senhor PMAM, quero usar do meu direito de resposta e Vossa Excelência vai despachar, nesse sentido, o requerimento que lhe faço oralmente”. -----

----- O Senhor PAM no uso da palavra disse: “Não vai neste momento responder. Já falou; permiti à Assembleia que se inscrevessem e só o Membro Mário Pardal o fez pelo que, neste momento, não vai responder”. -----

----- O Membro Oliveira e Sousa continuou dizendo: “Vossa Excelência vai deferir o meu requerimento ou indeferi-lo, eu requeiro, eu tenho o direito de resposta. Vossa Excelência tem que deferir ou indeferir o meu requerimento”. -----

----- O Membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: “Dado já ter sido abordado por algumas pessoas, queria chamar a atenção da CM para o facto da Urbanização da Quinta de São Luís, em Pereira, já possuir muitos blocos habitados, encontrando-se todas as suas ruas sem qualquer sinal de trânsito o que já originou alguns acidentes, pelo que se solicita que sejam tomadas medidas urgentes”. -----

----- O PJF de Santo Varão pediu a palavra e disse: “Bom dia Senhor PMAM, Senhor PCM, caros Colegas. A minha intervenção vai no sentido de, também prestar alguma informação a esta AM em relação à ponte de Formoselha e quando eu falo em “prestar também alguns esclarecimentos” tem a ver com algumas iniciativas que foram promovidas através desta AM, nomeadamente a Moção aprovada. A ponte de continua encerrada, as obras estão suspensas, todos sabemos que tal não responsabilidade da JF

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

ou da CM. De qualquer modo queria aproveitar esta oportunidade para agradecer ao PCM todas as diligências e o acompanhamento que tem feito. A esta obra há duas críticas muito fortes que pretendia deixar ficar nesta intervenção e que são dirigidas ao INAG, enquanto promotor e dono da obra, pela lentidão de execução em si e também pela gestão da Barragem da Aguieira e do Açude Ponte. Não se entende que a urgência desta obra que afecta toda a margem esquerda, principalmente a minha Freguesia e em termos globais todo o eixo Coimbra / Figueira da Foz continua ao longo deste tempo todo por concretizar. O INAG através das directrizes e da intervenção que tem directa sobre o caudal do rio Mondego não permite que o Açude Ponte e que a Barragem da Aguieira controlem um caudal que permita ter uma intervenção de finalização nas obras que estão a decorrer. Há cerca de um mês que as obras estão paradas e que o caudal do rio não permite retomar qualquer intervenção. A própria Moção que apresentei e aqui aprovada foi dirigida ao INAG e ao Ministro do Ambiente que, ao fim e ao cabo, deram uma resposta fazendo apenas um resumo de todo o processo. A data que se previa para a conclusão seria Abril e, nitidamente, vão derrapar novamente; esta obra já teve 2 ou 3 datas previstas para a finalização que não se veio a concretizar e que, neste momento com a sua suspensão não há qualquer prazo definido pelas Entidades responsáveis para a abertura da ponte. Fica esta informação à AM e deixo um repto ao PCM: estamos disponíveis se o Executivo da Câmara pretender tomar alguma outra iniciativa e estamos solidários com a CM nessa situação”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “Eu queria solidarizar-me com todas as Moções que foram aqui apresentadas e pedir ao PS que siga o caminho da CMNRC e que concentre também as suas Moções.-----

----- Queria referir a questão da digitalização dos documentos e solicitar, uma vez mais, quer à CM naquilo que lhe toca, quer à AM que faça o máximo de esforço possível, porque as coisas estão memorizadas nos computadores e, portanto, é transmitir por Internet, por email, CD, ou DVD como quiserem, o que permitiria uma grande poupança em papel e em meios de distribuição, dos documentos que nos chegam. De facto, hoje já não é sequer compreensível que andemos com tanto papel atrás de nós e, portanto quer as actas, quer a Informação do PCM, as Prestações de Contas, estes documentos essenciais acho que deveriam ser-nos facultados em meio digital. A propósito, ainda, gostava de sugerir que se começasse a pensar em utilizar as 14 Juntas de Freguesia do nosso Concelho, eventualmente para potenciar aquilo que se fala muito, mas que depois não chega à vida real dos cidadãos. Em Portugal mais de 60% da população não tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

qualquer contacto com os meios digitais ou mesmo com correio electrónico. É evidente de que há para aí ameaças do Primeiro Ministro de criar um imposto que só se possa pagar por meio electrónico; deve ser para depois poder cobrar coimas, cobrar contra-ordenações adicionais, para fazer-se combate ao desvio orçamental a que assistimos. Penso que podia ser original que os Presidentes de JF pudessem promover a criação, através dos meios de que dispõem, a criação de um endereço electrónico para cada um dos seus cidadãos, para cada um dos habitantes da sua área de Freguesia. Hoje isso pouco custa fazer e, podia ser uma prenda a preparar para o Natal deste ano. Deixo a sugestão que criaria uma maior proximidade com os cidadãos. -----

----- Queria congratular-me e reconhecer a forma expedita, embora talvez não aquela que eu estava à espera, como a Câmara Municipal soube interpretar algumas preocupações relativamente aos estudantes estrangeiros. Não foram todos contemplados, mas no essencial algo se pode encaixar de alguma forma no Plano de Actividades da Câmara. Eu próprio nunca tinha pensado que pudesse ser desta forma, mas congratulo-me e faço questão de salientar a actuação e a resposta, embora pense que se deva ir mais além. -----

----- Relativamente à AGNI, apenas para referir este aspecto: fiz um requerimento à CM na última reunião da AM sobre este assunto; retransmiti um conjunto de preocupações que eu próprio não sei equacionar, retransmiti preocupações que terão sido interpostos por pessoas que me merecem confiança, portanto com alguma capacidade técnica para o fazer. Como não tenho capacidade técnica suficiente nem para colocar as questões de modo próprio, nem para lhe dar resposta ou analisar a resposta, acho que devia ser feito algo mais, pelo menos para nos pôr todos a puxar para o mesmo lado. Reconheço que estou interessadíssimo como cidadão, como Montemorense, como Membro de uma dada Coligação Partidária, dum Partido Político, que este Concelho consiga albergar os melhores projectos. Este pelo pouco que conheço tem as características dos que são invejados pela maior parte dos Concelhos; reconheço também que não sei se de facto o projecto corresponde aquilo que se diz; porventura por falta de informação mais específica, embora também não ma tenham sonegado até hoje, mas a verdade é que não tenho informação suficiente e estou preocupado. Dizia uma velhinha há muitos anos que “se o comunismo fosse mau já cá o tínhamos” e eu, quando um projecto é muito bom acho estranho que os outros Concelhos não façam uma guerra maior, por isso acho que era importante termos mais informação específica para podermos perceber o que é que se passa. Depois, queria felicitar a nomeação do Membro Mário Pardal para Director

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

Técnico da Escola Agrícola e desejar-lhe um bom desempenho das tarefas no sentido de fortalecer a Escola e não digo isto com segunda intenção. A verdade é que tenho a consciência e o conhecimento de que a Escola Agrícola hoje sobrevive à custa de estudantes estrangeiros que, nalgumas turmas, são mais de 60%, noutras 80% e, nalguns casos, não sei se não serão a totalidade. Não sei, nem quero pôr em causa o trabalho que tem sido feito na Escola Agrícola até aqui, mas a verdade é que se não houvesse esse conjunto de estudantes estrangeiros, se calhar já não haviam algumas turmas, alguns cursos, ou pelo menos não havia razão para que a escola se mantivesse. -----

-----Aproveitando o facto de um dos Membros da AM hoje ter como responsabilidade a orientação técnica daquela escola, queria-lhe desejar felicidades e penso que a AM devia deixar-lhe uma palavra no sentido de que consiga fazer da escola uma instituição forte, ou ajude a fazê-lo, de modo a que quem vier de fora possa sobreviver e afirmar-se no nosso Concelho.-----

-----Queria igualmente congratular-me pela criação da residência para atletas de alta competição em Montemor-o-Velho e, finalmente, deixar uma palavra sobre este conflito, pelo menos nas AM em que tenho estado presente e o Membro Oliveira e Sousa também e que me parece que já vem doutros tempos. Repare-se que invariavelmente toca neste assunto do Celeiro dos Duques de Aveiro e, por isso, pedia que num dia destes esta questão possa ser esclarecida para todos os que, eventualmente, a não conhecem, sobre o seu estatuto e condição específica e qual é a razão deste conflito, de maneira a que se não acabe como acabaram os Duques de Aveiro às mãos do Marquês de Pombal. Não sei se sabem como é que acabaram e, portanto, esperando que não cheguemos a esse desfecho pedia que fossem prestados esclarecimentos adicionais sobre este tema, para que não sejamos massacrados permanentemente com um assunto que pode ou não ser muito importante.”.-----

-----**PONTO DOIS** - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR--
----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDAA
----- DE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

-----O Membro Fernando Ramos (PS) pediu a palavra e disse: “Primeiro abusar da condescendência do PMAM, uma vez que já o fez nesta Assembleia ao permitir que no mesmo ponto se fizesse o elogio doutro. Gostaria e faço um apelo ao PMAM que, de facto reveja a posição de não deixar intervir, ou melhor ter retirado a palavra ao Membro desta bancada no sentido de exercer o seu direito de resposta tal qual ele tinha reclamado. Passando este pequeno intróito, gostaria então de, sobre o ponto em concreto,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

acrescentar mais 2 ou 3 questões relativamente ao que vem escrito na Informação do PCM. A primeira que gostaria de a saber, porque o PCM esteve presente na Assembleia Geral da Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras e aqui, sinceramente, já não percebo se estamos numa Associação de Municípios se vamos voltar atrás, se vamos para a Grande Área Metropolitana, se não vamos, o que é que é feito dela; sinceramente sinto-me perdido e, sinto-me perdido não no aspecto pessoal, mas por aquilo que o Município de Montemor-o-Velho pode vir a perder naquilo que se anuncia e da forma como os Fundos Comunitários que aí vêm vão ser distribuídos e, penso que esta, como alguém diria, não decidir também é decidir, mas esta não decisão certamente nos será prejudicial. Depois, e já no seguimento da questão que tinha deixado no ponto anterior, não com esta premência, mas o Senhor PCM informa-nos que reuniu também com as Águas do Mondego para reanálise da situação. Como diz apenas isso, gostaria que nos pudesse fazer um ponto da situação sobre esse assunto.-----

-----Para finalizar, apenas se me pode dar uma informação: sendo certo que parece que a Biblioteca está quase concluída, ou pelo menos estamos à espera de vistorias pontuais, se está previsto já o período de abertura ao público, sem falar em inauguração, pois o que me interessa é que o público do meu Concelho possa usufruir dessa infraestrutura. -----

----- Mesmo para finalizar, volto a apelar ao PMAM para que reveja a sua posição”. -----

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Há pouco, no primeiro ponto acabei por fazer uma intervenção a propósito duma outra intervenção e acabei por, efectivamente ter perdido a possibilidade de fazer a minha primeira intervenção no PAOD. Tudo bem, aproveito para fazer agora a minha intervenção. Queria aqui, de uma forma muito clara, dizer do meu agrado pela forma como decorreram as cerimónias, do 32º Aniversário do 25 de Abril e, por tudo aquilo que pudemos proporcionar”. -----

-----O PMAM interrompeu o Membro Mário Pardal e disse: “Não é minha intenção arranjar mais conflitos, mas o facto é que estamos no ponto da Apreciação da Informação Escrita e pedia-lhe que se cingisse apenas a isso. Já tenho que dar uma satisfação ao Membro Oliveira e Sousa. Efectivamente nós só queremos que o desenvolvimento e o funcionamento da Assembleia decorra como deve ser. Com o já referi nós estamos no ponto da Informação Escrita, se a sua intervenção estiver integrada pode continuar”. -----

-----O Membro Mário Pardal, disse: “Peço desculpa. Pela admiração e o profundo respeito que nutro por Vossa Excelência, longe de mim a ideia de querer perturbar os trabalhos desta AM que superiormente dirige. Efectivamente no ponto um, por lapso,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

obviamente, motivado pelas intervenções mais quentes, acabei por não fazer a minha intervenção. Era apenas isto que queria que a MAM registasse. De todo o modo então prescindo de fazer a minha intervenção e pedir desculpa a Vossa Excelência”. -----

----- O PMAM, uma vez mais, usou da palavra e disse: “Eu tenho que pugnar para que haja um funcionamento correcto e para que, efectivamente, os superiores interesses de Montemor-o-Velho sejam defendidos e disso não abdicó. Queira desculpar”. -----

----- O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Antes de mais os meus cumprimentos, espero que corra bem o dia e que tenham tido um bom feriado do 25 de Abril. -----

----- Para além das questões que foram postas há aqui mais um conjunto de informações que gostaria de dar e, portanto vou fazê-las dum ponto de vista avulso, procurando responder ao conjunto de algumas preocupações e outras para passarem também a serem solidárias na interpretação e na análise que não possa fazer doutras questões. -----

----- Ponte de Formoselha: neste momento e pegando no que foi dito pelo PJF de Santo Varão, ainda hoje tive um contacto directo com o INAG e as obras vão ser restabelecidas no dia 2 de Maio. Digo isto frontal e claramente - estou farto do INAG, estou farto da incompetência, a começar pela irresponsabilidade actual de quem superintende sobre aquela Instituição, pelo Delegado responsável do INAG nesta Região e pela tutela que não faz nada. Claramente que há vicissitudes climatéricas, mas algumas delas que mostram com transparência total que houve falhas de gestão, mais uma vez, e nesta fase somos nós quem apanhamos com essas inconsequências da gestão da água, da barragem da Aguieira até à foz do Mondego. O sinal foi dado e ainda bem que foi em Coimbra com o Parque Mondego, que levou forte e feio; talvez aprendam o que é que nós apanhamos aqui noutras circunstâncias; infelizmente não é com o mal dos outros que nos safamos, mas também é preciso. Concretamente em relação à ponte de Formoselha, ultrapassou-se tudo o que era plausível e, digo mais, tendo a responsabilidade das palavras, que vou emitir: graças ao civismo, à calma e à perseverança, sobretudo das populações da margem esquerda, temos demonstrado uma situação extremamente cívica; mas não é possível que estejamos a prejudicar, sobretudo Formoselha, Santo Varão e até mesmo Pereira, porque está a confluir para lá todo o trânsito, quando nós no desenvolvimento de uma obra infraestrutural básica que é a recuperação da EN 341 entre a ponte do Paço e a entrada na Granja do Ulmeiro, estamos neste momento confrontados com circunstância quase de isolamento provocado pela ponte que, desde Outubro ou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

Novembro do ano passado, devia estar aberta à população e aberto ao tráfego diário entre a margem esquerda e a margem direita. Dentro deste aspecto há um pormenor que saliento, já que hoje foi dada a garantia penso que para almofadar e acalmar os ânimos, a começar pelo PCM. É que tivemos luz verde para lançar o concurso, o que iremos fazer a breve trecho, para a recuperação do troço da margem direita entre a Ponte de Formoselha e Montemor-o-Velho para os quais 65% vão ser comparticipados pelo INAG e 35% das CM de Montemor-o-Velho e de Soure, na proporcionalidade dos trajectos que diz respeito a cada um dos Municípios. É evidente que têm dito de que face às actuais circunstâncias, dinheiro só haverá para o princípio do ano que vem, mas tal não é problema pois nós fazemos a obra. O que é preciso é fazer essa obra e que, definitivamente, com as passagens superiores a serem construídas se possa, talvez no final do ano, entrar na ponte do Paço e sair pela margem esquerda do Mondego, passar à margem direita e estar a caminho da Figueira da Foz sem passar por dentro de Pereira, Santo Varão e Formoselha. Nesta matéria também não sou inócuo em dizer que, graças à solução da margem esquerda, estou a crucificar a sede do Concelho, porque estou a despejar dentro de Montemor-o-Velho um trânsito inusitado e é nesta circunstância que vos anunciarei duas outras novidades e que vamos trabalhar nesta matéria. Sejam honestos e frontais e digamos que existiu incompetência total do INAG até na forma como geriu com o LNEC a circunstância da situação da ponte que foi subavaliada desde início. Se alguém está à vontade para o dizer “sou eu”, porque foi através do pagamento deste Município que foram feitas sondagens subaquáticas que, em Julho de 2004, foram entregues no INAG e sabia-se perfeitamente o que é que estava ali. É evidente que quando começaram a aprofundar, sobretudo nalgumas das sapatas, nalguns pilares vieram a verificar que se calhar coisas há que não teriam sido cumpridos rigorosamente algumas coisas há 20 anos atrás. -----

----- Portanto, a informação que recebi hoje é que, 2 de Maio, retomam os trabalhos e o final da obra é em meados de Junho. Espero que no dia de Santo António a ponte esteja feita. Sinceramente, se não, eu estou à vontade para aquilo que digo, acho que nós devemos tomar outras atitudes. -----

----- Nó da A17 - como sabem ou se não sabem têm lido na comunicação social a CM de Montemor-o-Velho e a CM de Soure, com o pré-conhecimento e a anuência da CM da Figueira da Foz, têm vindo a fazer pressão para criar uma solução de saída à futura A17 que vai ligar a Marinha Grande a Mira. O lanço Marinha Grande - Louriçal já começou e o lanço Louriçal – Quiaios – Mira irá iniciar-se muito brevemente e inicialmente estava

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

previsto um nó na zona do Paião, sensivelmente nas zonas do Alqueidão, Borda do Campo, da margem esquerda que permitia uma melhor ligação a parte do nosso concelho, tendo Abrunheira e Reveles alguma proximidade e também o concelho de Soure, sobretudo na zona de Moinho de Almocharife e Serro Ventoso. Por circunstâncias diversas, estudo do impacte ambiental e discussão pública, a saída desse nó foi mudada para a Marinha das Ondas. É evidente que, com isso, ficou prejudicada, mais do que nunca, a parte sul do Concelho da Figueira da Foz e mais importante as saídas para os Concelhos de Montemor e de Soure. Deslocámo-nos a Lisboa à Brisal, a concessionária desta auto-estrada para, em conjunto, os 3 PCM com a Administração da empresa, antes de tomarmos uma atitude política, ouvirmos tecnicamente as questões que se prendiam com a hipótese da concretização desse objectivo. Quero, desde já dizer e tenho documentos escritos nesse sentido que defendemos a existência desta saída, não necessariamente dentro do território do Concelho de Montemor, concretamente dentro da área de Abrunheira. Para nós a mais adequada seria a zona do Moinho de Almocharife, Serro Ventoso, onde a pouco mais de 300 metros de limite do nosso Concelho, poderíamos vir a criar uma circunvalação externa entre a Abrunheira e Verride que viria ter à ponte de Verride actual. Com a saída dali nós poderíamos, aproveitando as estradas do INAG que ali existem, que poderíamos renegociar, fazer toda uma saída para todo o Concelho, não só da margem esquerda que é fulcral, mas também para toda a zona que passaria a ter um outro escoamento de ligação a Lisboa, preferencial com a ligação à A8 e, optando pela via da costa, muito mais próxima. Nesta matéria tenho até subscrito ou provocado o meu colega de Soure a ser ainda mais reivindicativo nesta matéria pois irá ser cruzado por 2 auto-estradas. Quer dizer, comparativamente com Montemor-o-Velho que tem 3 saídas numa A14, com ligações directas - já vos vou falar dum projecto que veio a concurso - nós não poderemos querer ser mais papistas que o papa, mas reivindicar uma solução de ordenamento e desenvolvimento. Por outro lado, como compreendem, se não tivermos um nó directamente dentro do nosso Concelho, não teremos problemas de delimitação territorial de urbanização próximas e que terão outros nessa matéria. Claramente, isso também tem que ser visto. -----

----- Em relação a este ponto, a Brisal conferiu-nos a sua leitura técnica e ela deixa-nos com perspectivas de possibilidade de ser efectuado este nó. A distância entre o nó da Marinha das Ondas e o nó que defendemos tem suficiente distância do ponto de vista da rentabilização que eles defendem para a concretização destes projectos. Contudo existem leituras que possibilitariam que esse nó pudesse ficar no extremo do Concelho da Figueira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

da Foz, na zona do Alqueidão, ou do nosso lado, conforme pretendíamos. Há diferenças de morfologia territorial, que só quando analisadas se poderão tirar conclusões. Se pusermos em comparação a morfologia do terreno que nós apontamos para a zona do Moinho de Almocharife, limite do nosso Concelho com o Vale Murta, eles são iguais, perfeitamente iguais, aliás, o argumento que utilizei no porquê ali. Neste momento foi solicitado ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, uma audiência para obtermos uma resposta concreta sobre esta matéria. Sei que na passada semana, na inauguração da passagem em Alfarelos, o PCM de Soure retratou a postura dos dois PCM em relação a esse aspecto e que iremos ter resposta com alguma brevidade, embora saiba, desde já, que todas essas respostas serão enquadradas nalguma actuação de curto médio prazo que vai ser desenvolvido pelo próprio Governo: as próprias portagens passarem a ser mais automatizadas, o visionamento total das matrículas dos carros, quase criando uma linha verde generalista, digamos assim, possibilitando portanto redução de custos na concretização de novas portagens, porque o problema também passaria por aqui pois, para terem uma ideia, a construção duma saída com portagem andarà à volta dos seis ou sete milhões de euros. -----

----- Outro ponto prende-se com as ex EN 341 e 347 e, aqui, as novidades e os contactos que tenho mantido são positivos, só esperemos que sejam pragmáticos.-----

----- Para quem esteve mais atento, no dia 13 de Abril, saiu no Diário da República, uma promessa feita aqui nesta casa há 1 ou 2 anos, a abertura do concurso para o estudo prévio do viaduto que vai ligar Montemor-o-Velho a Alfarelos. Obra extremamente importante, mas ao mesmo tempo muito onerosa e cujo estudo prévio pressupõe a sua realização com alguma urgência e que vai possibilitar precisamente a ligação do troço Montemor/Alfarelos e da variante à 347. Também a semana que acabou, o Secretário de Estado das Obras Públicas fez-me chegar a informação de que neste segundo trimestre de 2006 irá para a discussão da avaliação do impacte ambiental a ligação Arzila/Alfarelos - esta é outra das novidades que aqui trago. Todos aqui sabem que me tenho debatido por este projecto com muito empenhamento e que indo para avaliação do estudo de impacte ambiental é um passo significativo; acredito que esta fase do trajecto entre Arzila, limite do nosso Concelho com Alfarelos terá muito mais pernas para andar num curto prazo do que a outra. Só para terem uma ideia o viaduto em si estimado para a ligação Montemor / Alfarelos que tem 3,2 km de extensão e será um dos maiores, caso venha a ser referenciada no estudo prévio essa solução, por causa de questões de impacte

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

ambiental custará qualquer coisa como 50 milhões de euros, portanto será uma obra de extrema onerosidade. -----

----- Quanto à questão ainda das EN 341 e 347, dizer também que na semana passada, isto devem ter sido todas as amêndoas da Páscoa mandadas quase em simultâneo, a Refer finalmente deu luz verde para que pudéssemos passar à concretização das obras das passagens superiores em Formoselha e em Pereira, que relembro que estão adjudicadas por esta CM desde Janeiro. Por vários factores a que a CM é completamente alheia, as expropriações que estão no protocolo serem da responsabilidade da Refer, não tinham ainda sido concretizadas. Só agora nos transmitiram que, independentemente de existir ainda um caso em Pereira e um em Formoselha que deverá ir para uma fase litigiosa de expropriação, nós teremos condições para promover a construção. Isto dito assim, parece simples, mas não é. Já perguntei à Refer quem é que vai pagar a revisão de preços de quase 4 meses em que a obra nem sequer começou e nós já estamos a pagar revisão de preços ao empreiteiro, porque já a consignámos em Janeiro e é algo que não começou porque os terrenos que nos prometeram ainda não foram entregues - isto tem custos e porque é que temos ser nós a pagá-los. -----

----- Questão do Centro Náutico de Montemor: em relação a esta questão algumas informações – os Grupos já referiram o aspecto positivo da criação aqui duma residência universitária, mas como foi referido pelo Membro Fernando Ramos, esse ponto é basilar e há que ter uma visão estratégica e pluridisciplinar. Ponto um - o Centro Náutico é a alavanca, a âncora, mas nós temos condições para elencar um conjunto de situações desportivas de alto rendimento em que esta residência universitária funcione e, o Presidente do Comité Olímpico, o Comandante Vicente Moura, foi bem claro nessa matéria quando me disse claramente que quer assinar rapidamente a concretização de documentação e de protocolos que garantam o estágio aqui das nossas Selecções Olímpicas, sobretudo na área náutica. Atenção a um aspecto, para que percebam isto: o mais bonito da política é nós termos que conciliar interesses para obter os objectivos finais que são a melhoria destas condições. Do ponto de vista da residência universitária quisemos ganhar aqui um parceiro forte que se chama Universidade de Coimbra e com a qual temos vindo a trabalhar; do ponto de vista de alto rendimento o que está negociado e em fase de se tornar público, mas quem tem que o fazer é o Senhor Secretário de Estado do Desporto, por quem tenho uma estima pessoal muito grande e acho que tem sido um grande amigo de Montemor, seria mesmo uma falta de ética que fosse eu a tornar público aquilo que ele deve na altura certa, no local que ele escolha para tornar público. Quer a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

nível do completar das obras que, neste momento tenho a garantia que vão ser prioritárias no IV Quadro Comunitário, significa de acordo com quem perceba desta matéria e saiba gerir Fundos Comunitários, que há um período de antecâmaras, chamemos-lhes assim, do próximo Quadro que vai ser definido. A partir de Setembro deste ano já poderemos vir a imputar despesas a fazer dentro desse Quadro em investimentos que vamos lançar e, dentro desse aspecto numa reunião que tive com o Senhor Presidente do Instituto de Desporto de Portugal (IDP) manifestei-lhe o meu contentamento e ficou sensibilizado para 2 questões que considero fulcrais e para o qual a nossa experiência quando aqui chegámos em 2002, foi extremamente castradora e ao mesmo tempo criou alguns fantasmas que têm que ser decepados comedidamente. Neste momento a Autarquia de Montemor faz parte duma parceria de um projecto transnacional no qual integrámos o projecto Cantata e para onde vamos ter, sobretudo elementos financeiros para poder consubstanciar projectos que se inserem precisamente na requalificação ambiental desportiva e turística de toda a zona fluvial que vai desde a ponte de Formoselha até à ponte da Ereira. Dentro desse aspecto o Município terá um montante que considero significativo, dos quais 40% serão pagos pela Câmara e 60% pelo Fundo Comunitário. Para ter dinheiro para mandar fazer projectos aquilo que fui propor ao Governo foi para que possamos abrir concursos para ter obras a começar no final do ano, princípios de 2007, estou disponível a dar mais esse esforço em nome do Município. Agora, não vamos ser os autores dos projectos, para que não se repitam as questões dos 135 metros da pista, da profundidade dos 3,5 metros; aprendi a lição do que aconteceu com o meu antecessor e, duma vez por todas, peço isto com uma consciência tranquila e olhos-nos-olhos ao Grupo do PS que nunca mais digam que o PCM actual não quer nada com o Centro Náutico e, duma vez por todas façam uma reunião com o anterior PCM e ele que conte a verdade. Ele esteve aqui há poucos dias numa reunião comigo e dispôs-se se fosse preciso ir a Lisboa porque não queria que isto continuasse, porque foi uma révanche que não gostaria de ver feito aos outros. É importante que se saiba isto, para não se dizer que o PCM actual não quer a obra; ele não pôs foi mais o Centro Náutico a tirar dinheiro ao erário público municipal, porque 5 milhões de euros dos 6,5 milhões que este Grupo votou por unanimidade, dum empréstimo contraído no mandato anterior, foi para pagar essa obra e essas contas estão aí e, o passivo que nós hoje temos vem daí. Perguntarei, quando for necessário, qual foi a obra que fiz no mandato anterior que não devia ter feito esta para fazer a outra e se tiverem a coragem de dizer qual foi eu aceitarei com resignação e humildade essa situação. Que se feche aqui a porta em relação a esse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

passado, para o qual hoje entendo mais do que nunca as dores de cabeça do meu antecessor. Posso não lhe perdoar politicamente porque eu é que fiquei com o ónus todo, mas a verdade das coisas têm que ser ditas: quando em Janeiro de 2002 e o Líder do Grupo do PS sabe isso perfeitamente, cerca de um quarto da obra estava lançada, embora só tivesse sido pago praticamente um sexto. Estava lançada e eu só tinha 2 prorrogativas: ou parava a obra e indemnizava em cerca de 500 mil euros o empreiteiro, ou completava a obra sem ter um único protocolo assinado para fazer esta obra. Estes números estão aí; o Centro Náutico hoje vai para a frente, mas com investimento público, porque isto não é um projecto de Montemor, é um projecto do País, é um projecto da Europa. Disse naquela intervenção que tive no Castelo, sem bairrismos, que com as carências que hoje o País tem, não se pode ao luxo para construir outro em Aveiro, em Portimão ou onde quer que seja. A questão é muito clara e, dentro dessa matéria, em relação ao Centro Náutico, para completar esta informação, a Secretaria de Estado do Desporto manifestou, o que para mim acho que é vital, estar interessadíssima em completar as infra-estruturas complementares pelo que é de apostarmos na realidade num Centro de Estágio de Alto Rendimento Plurifacetado, onde, eventualmente, uma Pousada da Juventude tenha cabimento e, entendam a minha contenção das palavras porque não quero misturar a residência universitária com a questão do Centro de Estágio de Alto Rendimento. São coisas perfeitamente distintas que poderão funcionar e vão funcionar com uma interligação, para captação quer de nacionais, quer de estrangeiros, mas terão que ser distintamente vocacionados para que então sejamos coerentes com a definição que fazemos dum atleta de alta competição e dum atleta universitário à mesma altura, senão sabemos que o oportunismo também aqui aparece. -----

-----Parque de Empreendedorismo, Parque de Negócios, Pólos Logísticos e Industriais - Duas informações muito importantes e, também, aqui, claramente sem rodeios, para esclarecer o seguinte: Parque de Negócios de Montemor-o-Velho vai retomar, muito possivelmente no dia 2 de Maio, as obras, porque desde Novembro do ano passado o empreiteiro que tinha a cargo a obra, “João Cerejo dos Santos” teve uma quebra e entrou o representante da massa falida nas discussões com os diferentes actores deste projecto. A CM tinha com a Empresa João Cerejo dos Santos, SA, com o Consórcio João Cerejo dos Santos e a Certiverme relacionamentos institucionais através de obras em curso que grosso modo se resumia ao seguinte: facturação para lhes pagar na casa dos 400 ou 450 mil euros e multas por incumprimento de prazos de cerca de 230 mil euros da parte do empreiteiro; como calculam face a uma empresa que estava naquelas circunstâncias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

seria perfeitamente inusitado estarmos a pagar sem cobrar as respectivas multas que existiam. Procurou-se de uma forma litigiosa ou de uma forma amigável chegar a acordo e, finalmente chegou-se a acordo com o administrador da massa falida. Dentro dessa matéria e considerando uma empresa que nos merece confiança o Executivo, por unanimidade, anuiu a passagem da obra para essa mesma empresa que é a Empresa Manuel Rodrigues Gouveia, que fez a piscina e está a trabalhar na EN 341, e que tem um prazo de 60 dias para completar a obra. Com a EDP renegociámos a parte eléctrica o que significa que sendo assinado, como todos nós esperamos até sábado, entre as partes, entre os diversos consórcios, a passagem da obra para o novo empreiteiro, esse mesmo empreiteiro retomará na próxima semana as obras para estarem concluídas no final do mês de Junho. Dizer-vos, também, que já há 4 ou 5 projectos que estão aprovados na CM e que aguardam precisamente a colocação da electricidade para começar as obras de instalação de algumas dessas empresas. -----

----- Questão da AGNI e da Via Láctea: nesta matéria vou ser muito curto mas muito preciso. A AGNI vai fazer uma apresentação pública, em Montemor-o-Velho, do projecto que foi referenciado por este Governo como exemplar e, para o qual também dentro daquilo que é meu conhecimento técnico e profissional e daquilo que é o meu conhecimento político, considero que será um tiro nos pés se nós não alimentarmos esta instalação. Permitam-me que coloque algumas questões em cima da mesa: se isto fosse tão falacioso o Primeiro Ministro dava a cara? Se isto fosse tão falacioso o Ministro da Ciência e Tecnologia, depois de observar todo o projecto, dava a cara? Se isto fosse assim, agora aqui perdoem-me que também seja verdadeiro nu e cru, os lobbies do Instituto Superior Técnico poria de fora Aveiro, Braga e Coimbra? Seria, fora deste contexto, que o investimento deixa de ser de 60 milhões e passa para 80 milhões de euros investindo 250 postos de trabalhos dos quais 75% em quadros técnicos, superiores e doutorados e mestres que vêm viver para aqui e para o qual já aqui estiveram a ver onde é que há habitação para isso? Será que o processo tecnológico ambiental é posto em causa quando são precisamente os sectores primordiais de inovação e tecnologia do ambiente e da economia que celebram o protocolo, em que a EGF em nome do Estado celebrou os contratos que vão ser assinados brevemente, que definitivamente criam um mercado de escoamento desta empresa? Não me obriguem a dizer mais, mas a única coisa que digo é que acho que toda essa sensibilização que todos precisamos de ter, vai ser dada a oportunidade - já fiz o repto à própria Empresa para, publicamente, aqui em Montemor apresentar, porque acho que esse é o direito que nos assiste porque também

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

há muita coisa que não domino naquela área da renovação tecnológica e só por isso fiz o repto à Universidade de Coimbra para que se criasse aqui dentro do Centro de Pesquisa da Energia Renovável, ligada ao hidrogénio, uma área preferencial. Chamo a atenção de que isto vai implicar a transferência, para Montemor, pelo menos para trabalharem aqui, cerca de 75 ou 80 quadros superiores que virão de várias Universidades e uma das preocupações que a Empresa já teve aqui foi verificar que tipo de urbanismo temos, que tipo de equipamentos complementares existem. Estamos a olhar para jovens licenciados mas com grande coeficiente de conhecimentos científicos e técnicos que não são potenciais compradores, mas serão os grandes líderes que estarão cá. Em relação à AGNI estamos entendidos; relativamente ao Parque de Negócios de Montemor, neste momento temos praticamente toda a periferia do Parque vendida; a CM vai realizar uma campanha muito forte de promoção exterior onde vai investir muito nisso, procurando quem domine o processo e saiba destas questões na área do investimento, ligações API, ADI. A solução passa por gastar uns milhares largos à CM, por exemplo uma página do Jornal Expresso, para promover o Parque e dizendo que é aqui que está a AGNI, é aqui que vai estar o Centro virado para a injeção de plásticos - uma novidade que não devia ainda dar, mas pronto - venham para aqui. Isto não se faz no Diário de Coimbra, nas Beiras ou noutro jornal regional, por muito que se diga, tem que levar a mensagem onde pretendemos captar estes investidores e com quem é que vamos negociar. -----

----- Quanto à questão da Via Láctea: a concretização desta Fábrica, sejamos claros nessa matéria, é um investimento importantíssimo para a nossa Região, é um investimento importante porque vai poder reconverter um segmento fulcral da agricultura. Não vale a pena sermos saudosismos porque das duas uma: ou saímos da economia global ou se estamos dentro dela temos que respeitar as regras. Vejamos o caso do leite: neste momento sabemos o que é lhe vai acontecer a médio prazo, sabemos qual a sua sustentabilidade; então porque não reconverter, porque não dar soluções, porque não dar empregabilidade? Em toda esta matéria não tenho nada que defender o projecto, a não ser por uma vertente, que acho que é gratificante e que é a sua ligação ao sector primário. Tal permitirá uma melhoria e condições de operacionalidade de empregabilidade diferenciada, da menos qualificante e mais transversal que nós temos actualmente. Neste momento temos 800 pessoas no desemprego no Concelho, dos quais 58% são mulheres. Não é só este o número de registo que nos preocupa; é o problema do sub-emprego, é o problema da pobreza encapotada, é o problema do desfavorecimento. Sem entrar em megalománias de investimento em recursos humanos intensivos, temos que ter a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

preocupação de que algum do investimento que temos de trazer para cá tem que minimizar o desemprego de hoje.-----

----- Só 2 ou 3 notas finais sobre os Parques de Empreendedorismo - neste momento, há outros projectos na calha quer para Arazede, quer para Montemor-o-Velho. A questão que hoje se põe é não termos uma corrida desenfreada para obtermos apenas chavões, em termos de números de valores de investimentos e números de emprego e cuja rentabilidade possa depois ser periclitante ou pôr em causa uma homogeneidade de oferta. Gostava de dizer que, hoje à tarde, o Centro Empresarial do Centro vai estar em Montemor para negociar connosco um projecto que, sobretudo as pessoas mais ligadas ao empreendedorismo conhecem, é o Projecto Finicia, ligado ao IAPMEI para a criação de apoios a pequenas e médias empresas para investimentos a fundo perdido e para a formação de empresas de capital de risco, onde a própria Autarquia de Montemor é capaz de estar interessada e disponível. O Membro Jorge Camarneiro vai perceber isto facilmente: se estamos a pagar bonificações na venda de lotes na zona industrial, no lugar de estar a dar a bonificação em nome do Município, posso fazer participar isso num capital de risco transformando empreendedorismo, sobretudo para os edifícios que queremos levar em frente para pequenas e médias unidades. O Membro Fernando Ramos e muitos da CMNRC também conhecem isso: o Instituto Pedro Nunes enquanto incubadora e a própria incubadora da Figueira da Foz não conseguem hoje retirar de lá os encubados, porque não têm espaço para os colocar, quer dizer criaram as incubadoras, mas não têm espaço. Quem tem espaço é Montemor; estamos a falar de empresas onde o que vai ser necessário é nós definirmos à partida duas ou três questões que nos interessam e não qualquer coisa e, aí vamos ter que ter debate. Permitam-me uma pequena sugestão: penso que se para estes "PAOD" trouxessem um tema para debate, no lugar de estarmos aqui a dar mensagens de parabéns, era muito mais importante e, que dentro desse debate prévio saísse, sempre algo de conclusivo seria bastante bom. Sabemos quais são as competências de ambos os Órgãos, mas há questões em que tem de haver discussão para haver objectivamente soluções porque cada vez mais acredito que desde que haja um plano estratégico para este Concelho definir-se-á algo de positivo. Os programas eleitorais só se fazem de acordo com aquilo que lá em cima nos deixam brincar aqui em baixo e são claros os fundos comunitários e a conjuntura. Agora, que estratégia seguir, para onde é que vamos, como vamos, de que forma, com que celeridade - isto é que é definido. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

-----Em relação ao que falaram de novas tecnologias e das questões a elas ligadas: é uma questão que com a devida vénia, senhor PMAM, sabendo que é um homem perfeitamente apolítico, a Câmara, em si, já hoje envia toda a informação aos Vereadores por e-mail, por isso façam-no também, não há nada que o impeça. Como disse a Câmara já o faz; a AM pode também fazê-lo - para poupar, muito bem.-----

-----Quanto à questão das recolhas de água, queria dizer ao Membro Fernando Ramos que já fazemos algumas e temos análises feitas em pontos particulares, o que poderá é ser devidamente referenciado nas listagens. -----

-----Quanto à questão da água e saneamento e eventual adesão ou não às Águas do Mondego, a questão é, resumidamente, o seguinte: vou cruzar esta situação com outra que ninguém levantou e que é o problema gravíssimo dos resíduos sólidos urbanos. Este é um ponto de debate, importantíssimo, em que esta AM terá de ser bem informada. A questão do tratamento dos resíduos sólidos e a questão dos tarifários que vão estar adjacentes, a questão da água e do saneamento, isto vai funcionar tudo num plano e, concretamente aqui as regras também são um bocadinho ditatoriais por parte de quem tem 50,5% do capital de uma empresa - ADJF que representa o Estado, o Ministério do Ambiente. Começamos pelos resíduos sólidos urbanos: há uma proposta que é definida pelo conjunto de Municípios que integram a ERSUC, que não têm a maioria do capital, tem cerca de 49%, em que propusemos um sistema de incineração para todo o resíduo sólido urbano para transformação, criação de apetência energética e recuperação. Isto já vem sendo discutido ao longo de 3 Governos - começou ainda no Governo de Durão Barroso, passou para o Governo de Santana Lopes e termina agora, pelo menos aparentemente, no Governo de Sócrates. Globalmente a posição do Governo actual é contra este sistema e, pela primeira vez, se diz qual é o sistema que se quer, que é o sistema mecânico-biológico em que, qualquer um de nós mais familiarizado com as circunstâncias que ele pressupõe, pode sentir-se aparentemente mais defendido, pelo menos aparentemente naquilo que nos é transmitido como salvaguarda ambiental e futura. Mas vejamos a parte má: hoje a CM paga 19,5 euros por tonelada de lixo tratada e há pouco tínhamos um dívida para com a ERSUC de quase 500 mil euros que renegociámos. Se hoje, no contexto deste tarifário, as Autarquias devem à ERSUC uma coisa que anda na casa dos 3 milhões de contos, se houver 18 ou 19 Câmaras envolvidas, vejam quanto é que não devem as outras. A aplicabilidade da resolução governamental aponta num estudo feito quer pela CGD, quer pelo BPI, o valor por tonelada que nós passaremos a pagar pode variar entre os 48 e os 50 euros, isto é duas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

vezes e meia o valor actual e estamos na situação em que estamos. Há neste momento um braço de ferro entre os minoritários e a maioria da empresa, que é o Governo, e eu fui dos poucos que votei contra do ponto de vista inicial. Penso que os Municípios estão a cair numa esparrela e mandei com 50 para cima, para depois eles engolirem os 35 e nós agora aceitámos em conjunto, como contrapartida o que parece ser uma base inicial, mas mesmo a 35 € façam as contas - são 75% acima dos 20 € que hoje pagamos. Em relação a esta matéria há uma contraproposta e apelamos a que o Governo reveja esta situação, porque não estamos disponíveis a pagar mais do que isto e, portanto vejam como é que vai ser possível. Mais grave, é que há outras zonas do País onde o tratamento dos resíduos sólidos urbanos são muito mais baratos, nomeadamente na zona da Grande Lisboa e, então voltamos ao mesmo: porque é que nós, Centro, vamos pagar quase o dobro do que é pago pela Valor Sul, em Lisboa e no território da Grande Área Metropolitana de Lisboa? Então vamos fazer como na água - vamos estipular um valor médio nacional, vamos fazer a imputação e vamos igualar. Quem é que está por detrás a manobrar isto? É a Empresa Geral de Fomento, é o Estado, portanto, há que ter isto em atenção. -----

----- Outra questão delicada nesta matéria é como é que vamos fazer este tratamento? Onde? Soluções? E, aqui, vocês sabem que, neste momento, há 3 grandes locais de transformação dos resíduos sólidos que são Figueira da Foz, Aveiro e Coimbra. Aponta-se para soluções em que os estudos económicos referenciavam 2 centrais de tratamento ou apenas um. Isto porquê? Porque os custos têm a ver com os transportes, com a localização do próprio resíduo sólido urbano e, a questão independentemente de ficar 1 ou 2 unidades transformadoras é que neste momento já se sabe para onde é que irão: uma ficará na zona de Coimbra, caso hajam 2, e, a outra ficará na zona de Aveiro e tudo aponta que Águeda tenha aceite. Existirão zonas de transferência para as unidades transformadoras. Montemor vai ser uma zona de transferência onde vamos ter que criar condições para o nosso e o da Figueira da Foz e serão dadas contrapartidas aos Municípios nesta matéria. Portanto se vamos duplicar ou pelo menos aumentar 75% dos custos claramente isto vai entrar no bolso do Município, porque o tarifário que temos neste Concelho e que a Lei obriga a aplicar diz claramente, através do POCAL, que o tarifário a aplicar no mínimo deve ser igual ao custo efectivo registado para a transformação do produto e, isto transfere-se para a água, de igual forma. Assim, quando chegarmos à água e ao saneamento as coisas ainda se complicam mais, porque há um factor prepotente: se calhar no CREN e numa perspectiva delicada para nós, os Municípios, os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

sistemas de apoio vão ser fundamentalmente inter-municipais, mas por outro lado e nisto chamo a atenção dos Líderes dos Grupos e, nomeadamente ao do PS, veja se, internamente, faz passar a mensagem, o que está previsto é que as Câmaras vão ficar afastadas do futuro Quadro Comunitário e isto é gravíssimo. A ANMP já fez chegar a todos nós essas circunstâncias e há situações, de facto, ainda de grande falta de informação sobre como vamos actuar nesta matéria, mas e logicamente isso já foi tornado público pela própria Administração Central. Há toda a vontade deste Governo de centralizar ao máximo o controle do quadro; quando estou a dizer até nem critico, estou a fazer uma constatação, mas isso vai retirar flexibilização, regionalização, localização. Relacionado com este aspecto a resposta que posso dar à questão que tem a ver com a Associação do Baixo Mondego e Gândaras é precisamente uma situação quase de passo de tango: um frente e dois atrás? O Quadro Comunitário, com as vicissitudes todas de que neste momento há conhecimento por parte dos Autarcas quanto à sua gestão, pode implicar que os modelos que foram defendidos recentemente e estamos a falar nos últimos 3 anos de reorganização político-administrativa do território, possam estar outra vez em causa. O que é que isto significa? Significará muito concretamente o seguinte: os Governos da Maioria PSD/CDS defenderam a criação das Áreas Metropolitanas e das Comunidades Inter-Urbanas; o actual Governo não diz o que é que quer, mas dá a impressão do que é que não quer e, depois a questão que se perspectiva é “vale a pena nós anularmos um modelo intermunicipal que pode ser necessário se o núcleo, do chamado NUT3 funcionar como efeito multiplicador das candidaturas ao CREN? O Presidente da Direcção da Associação dos Municípios do Baixo Mondego e Gândara, um pouco em termos pessoais, propôs na última Assembleia Geral que, independentemente dos Executivos e das AM terem já reiterado a extinção e liquidação da Associação que não se fizesse a liquidação para se for necessário revitaliza-se ou retoma-se um modelo da Associação, com os estatutos, com o modelo que seja necessário, isto é, a circunstância foi discutida entre nós, sobretudo quer os Autarcas da Direcção, quer da Mesa no sentido de suspender a aplicação das deliberações das Assembleias, porque se o fizéssemos liquidávamos e fechámos. Assim, pode vir a retorno, repensar a situação caso venha a ser definido que o grande negociador, ou o grande interlocutor para o próximo Quadro Comunitário, para podermos rever esta circunstância.-----

-----Agenda 21 e Escolas - em relação a isto o Membro Fernando Ramos fez 1 ou 2 reptos e, das duas uma: ou está muito bem informado ou ontem quando falei parecia que conhecia uma parte do seu discurso. A questão aqui é a seguinte: neste momento a CM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

está a negociar o apetrechamento para 3 ou 4 escolas modelo. Numa primeira fase, o investimento não é baixo, andarà à volta de 4 mil euros para aquisição dos chamados quadros electrónicos, trabalhados pelos alunos que, através deste sistema de aprendizagem, lhes possibilita e facilita a intervenção directa com novas tecnologias, participação directa de uma forma pedagógica, completamente nova. Este método já foi testado em vários pontos do País e tem sido extremamente positivo. Estamos, neste momento, a preparar o apetrechamento, pelo menos, de uma escola por Agrupamento para familiarizar e formar professores porque também têm que ter “know how” suficiente para poder gerir dentro desta área. Isto está na ordem de trabalhos prioritária porque considero que Montemor tem todos os pergaminhos na área da cultura e na área da educação para devagarinho e adequadamente ir fazendo o melhor pelos seus alunos. Gastamos por ano só com educação, auxílios económicos, alimentação e transportes cerca de 1 milhão e 500 mil euros, sem investimentos nas escolas e, há que ter alguma razoabilidade agora de seleccionar, mas isso é um dos aspectos que me parece fulcral. ---

----- Quanto ao sistema municipal de águas e saneamento, a questão fundamental é que nós estamos disponíveis para reequacionar uma eventual adesão de médio prazo que nos possibilite ajustar o complementar das infra-estruturas sobretudo de saneamento que faltam ao Concelho e para o qual eu dizia que a prepotência e ditadura encapotada de dizer “se vocês não entram aqui, se calhar ao Fundo de Coesão, vocês não vão ter acesso”, isto é muito mau, mas é a realidade. Eles vão dizer, prioritariamente, o Fundo de Coesão vai para aqueles que já lá estão. E uma pessoa refila e diz que não, mas depois vê os outros a ter Etar's acabadas e nós ficamos a olhar. Só que isto vai trazer um aumento no preço da água que também aí, estamos a falar quase do dobro. Taxa de saneamento a ser aplicada - isso não é preciso entrarmos para o sistema, vamos pensar nisso este ano; vou apresentá-la porque em metade do Concelho já funciona e, ele vai ter que ser imputado pois é uma obrigatoriedade da Lei. É uma outra discussão que vamos ter: temos que olhar e perguntar “então se nós não temos auto-financiamento, a partir de certa altura, não sejamos demagógicos, ou se faz obra e se arranjam subsistências de curto, médio e de longo prazo ou então o que é que vamos fazer? Qual é a autonomia é a financeira que tem a Autarquia? Ninguém fez as contas, se retirarem os Fundos Comunitários, o que é que faz? Mas é à custa só do desgraçado do Município? Então e ele tem capacidade no momento actual? Façam as contas, água, lixo, saneamento, electricidade e isto chega a um ponto que sinceramente é extremamente delicado.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

-----Quanto à Biblioteca Municipal - está pronta, já foi recepcionada na semana passada. Estão a decorrer os concursos para o apetrechamento dos fundos documentais e da parte informática e depois vamos passar à parte dos recursos humanos que isso é com o Instituto Português do Livro e se tudo correr bem ela começa a funcionar na fase final do ano, porque haverá condições para o fazer.-----

-----Outros assuntos extremamente graves e sobre os quais também temos que falar. Extensões de Saúde no Concelho e Escolas a fechar. A Câmara não tem que dar resposta nesta matéria, porquê? Houve uma reunião no Governo Civil em que estive presente e mais os outros 16 Presidentes de Câmaras do Distrito e, mais tarde, decorreu outra, aqui nesta sala, com o Presidente da ARS, com a Presidente da sub-Região e com a Directora do Centro de Saúde de Montemor-o-Velho. Claramente, até hoje, não foi apresentada rigorosamente nenhuma proposta a ninguém, nem à Câmara nem aos PJ sobre o encerramento de qualquer uma das Extensões. Ficou combinado na última reunião aqui havida que o Senhor Presidente da ARS viria ter nova reunião connosco, onde traria já um modelo a propor quanto à reorganização do espaço territorial a ser afecto pelas diferentes Extensões de Saúde a manter, apresentou soluções de criação de outros modelos, nomeadamente Unidades de Saúde Familiar, criação da construção de novas Extensões e modelos de solução de transporte para eventuais circunstâncias que adviessem do encerramento de algumas dessas Extensões. Os PJ que aqui estão são testemunhas e alguns deles foram extremamente acutilantes e interventores de que a critica fundamental que eu relevo, prende-se a 2 níveis. As Autarquias não têm competências na área da saúde, isto é importantíssimo que se saliente, isto é, as questões dentro dessa área são da estrita responsabilidade da tutela nesta matéria. Se querem envolver os Autarcas e aí, particularmente acho correcto, tem que se jogar com lisura, transparência, lealdade e objectividade e não pode haver, sobretudo dos responsáveis locais da saúde, uma postura mitigada. Quero aqui também relevar que a postura que tenho sentido do Presidente da ARS merece, da parte do PCM, uma corroboração, de ética e de salvaguarda de determinados princípios, portanto, não está nada aqui a mover-me contrário relativamente a essa circunstância. O que já não estou é de acordo que alguns “peões de brega” daqui, apresentem soluções dizendo que não ouvem os Autarcas a começar pelos PJ, a começar pelo PCM e que depois dêem o dito pelo não dito. Se não ouvem os colegas lá no trabalho, o problema não é meu, eu falo pela minha entidade e os PJ penso que estiveram todos presentes, que aquilo que estou a dizer foi o que se passou na reunião, portanto, ficámos de aguardar uma nova reunião

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

sugerida pelo Presidente da ARS onde serão dados elementos sobre eventuais soluções a aplicar ao Concelho de Montemor. Gostaria, ainda, de dizer que tem sido tal a minha disponibilidade para articular com o Senhor Presidente da ARS que já lhe manifestei que era com muito empenho e gosto que a Extensão de Saúde de Arazede que está pronta, está equipada, está mobilada que deve ser aberta de imediato e a inauguração formal e oficial dum projecto que nos custou umas dezenas largas de milhares de contos tivesse a honra da participação de Entidades Oficiais, nomeadamente o Governo e, para isso penso que há todas as condições para se criar um trabalho idêntico àquele que foi feito com a DREC no que diz respeito à Área Educativa e se isso for feito, nós teremos todas as condições para salvaguardar um cenário que considero fulcral e que já o transmiti várias vezes. Do meu ponto de vista, claramente não podem ser encerradas as Extensões todas da margem esquerda sul, englobando Abrunheira, Verride e Ereira, garantidamente, pelos rácios, pelos valores atribuídos uma pelo menos terá que ficar. No que diz respeito a Pereira, Santo Varão defendo a criação de uma nova Unidade virada para, pelo menos 8 a 10 mil utentes e que ficaria, no meu ponto de vista, localizada na fronteira das duas Freguesias em que a distância de Casais Velhos é a mesma dali a qualquer ponto da Freguesia de Santo Varão e rentabilizaríamos em termos de horários, de médicos e de qualidade dum serviço inestimável. -----

----- Quanto à questão de Seixo, Gatões e Liceia acho prematuro encerrar e acho que como fizemos nas escolas, sem obrigatoriedade como aqui foi transmitido e para o qual o contrariámos, o doente não tem que ser obrigado a ir a Arazede, ele tem que ter liberdade de ir a Arazede, à Carapinheira, a Montemor ir onde quer que vá, tendencialmente os movimentos prestam-se de acordo com transportes, mobilidade de idosos, com capacidade de solução e não podem ser impostos doutra maneira.-----

-----Dentro dessa matéria no nosso ponto de vista passa-se a ter uma visão economicista das pessoas, da saúde e da satisfação, sobretudo das prevenções e das precauções que são imprescindíveis para qualquer um de nós. Portanto, se nós prescindirmos disto o problema é de quem manda; se fazem assumam a responsabilidade, o que penso é que ainda há condições extremamente plausíveis para nós avançarmos. Soube por várias formas que se calhar aqui foi feito o primeiro teste e quero agradecer aos PJ a forma empenhada e, sobretudo extremamente lúcida, clara com que intervieram fossem eles da bancada “x” ou da bancada “y”, e é assim que quero continuar a tratar-vos conforme costume dizer que são os 14 vereadores que tenho. Ninguém hostilizou ninguém, ninguém disse que não estava receptivo a discutir, mas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

então reconheçam-nos esse diálogo. Se não prescindiram de nós imponham, mas não nos venham pedir ajuda, é esta a nossa postura e que nós vamos seguir. -----

-----Em relação às escolas, neste momento as que vão encerrar são 2 na Freguesia de Montemor (Quinhendros e Moinho da Mata), 1 na Freguesia de Abrunheira (Reveles) e 2 na Freguesia de Arazede (Meco e Zambujeiro). Conforme já verificaram aí o nosso trabalho foi mais facilitado, houve um maior diálogo, uma maior consentaneidade com o Director Regional. Depois temos uma carta educativa, que já aqui foi apresentada e discutida e para o qual os movimentos e as tendências já estavam aceites quer pelos Agrupamentos, quer por nós, na generalidade. O que aqui se aponta, de facto, é a existência de contrapartidas que agora têm de vir a curto e a médio prazo e que são os Centros Educativos. Neste momento faltam em 3 grandes áreas: Arazede, Carapinheira e Montemor-o-Velho. Visitei hoje a EB e o Jardim de Infância de Montemor; vão ver Arazede, vão ver a Carapinheira - rebentam pelas costuras e neste momento há espaço junto às EBI's; vamos gradualmente fazer um investimento em Arazede, na EB do 1º Ciclo, na casa dos 80 a 100 mil euros, para recuperar, para mais um ano e meio e, depois a partir de uma certa altura a questão não é funcional. Então andamos a enganar-nos pedagogicamente, é por isso que o Governo quer tomar medidas? Então vamos ser consentâneos e Montemor anda há um ano e meio a discutir a unidade aqui já criada entre a Escola Secundária e a Escola Básica e Integrada Jorge de Montemor. Temos espaço na Carapinheira e espaço em Arazede; em Pereira o problema está solucionado de raiz. Relembro que o Director Regional de Educação entrou naquela escola e exclamou: mas o que é isto? Vamos acabar com isto, vamos pôr cá em baixo a Pré, colocar esta escola a funcionar em pleno, está aqui ao serviço de quem e para quê? -----

-----Dois esclarecimentos: nunca fomos recebidos pela Ministra da Educação para discutir este assunto, nem nunca assinámos nenhum protocolo dentro desse âmbito. Sei que circula muito esta informação entre os Sindicatos e a DREC; nós já tivemos a oportunidade de esclarecer qual a nossa posição e a situação, discutimo-la na base dum trabalho feito por nós, encomendado à Universidade de Coimbra e, aproveito para dizer que vou, muito brevemente, encomendar também à Universidade de Coimbra, o Plano de Emergência do Concelho de Montemor e para o qual faço um repto, sobretudo aos grandes agentes interventivos desta matéria, Bombeiros, GNR, empresários, técnicos e alguns deles pagos por esta Câmara, para que possamos criar um fórum de debate sobre aquilo que é nevrálgico e para o qual a CM está a dar um exemplo fundamental e para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

qual gostava de elogiar um estagiário que aqui temos que está a fazer um trabalho fundamental na área da protecção florestal e que muito brevemente vamos tornar público.

-----Prémio do Património - foi abordada a questão das condições e é evidente que estamos a começar e o Júri tem que ser motivado para fazer alguma coisa, porque senão já ia o trabalho todo feito. No entanto teremos isso em atenção e pediremos, sobretudo ao Departamento de Ordenamento do Território, que tenha alguma preocupação no âmbito da selectividade prévia que não seja merecedora de chamada de atenção pelos próprios concorrentes.-----

-----Quanto à questão das ruas na Quinta de São Luís, em Pereira - aquelas infra-estruturas ainda não nos foram entregues, porque ainda não foram acabadas as obras e, até já um cidadão mandou um e-mail a que nós respondemos dizendo precisamente isso. Estas chamadas de atenção são importantes, porque mandei reforçar junto da Entidade, o que é que falta para entregar o que é necessário.-----

----- Finalmente e para terminar e sem prorrogativas, no que diz respeito ao Celeiro dos Duques de Aveiro - isto é muito simples. O Celeiro é património da CM e esta nunca negligenciou, nem nunca vai negligenciar que a utilização seja dada prioritariamente a Pereira, só que é propriedade do Município e pergunto: aliena ou manda fora a propriedade? Quer responder em Tribunal? Portanto, a questão é: quer a Junta, quer a Associação, sempre que o podem têm-no, e, vão ter um protocolo de utilização prioritária. Agora dar, era muito mau que isso fosse feito, porque estar a dar, pergunto porque é que não damos, em Vila Nova da Barca, a escola à Junta de Freguesia - vamos lá fazer o Centro. Há aqui princípios e pessoas que estão na área de Direito espantam-me, que não saibam a Lei das Finanças Locais, a Lei da Integração do 169/99, a Lei 5-A/2002. O que vai acontecer da parte do PCM é claramente o cumprimento da sua promessa que é de disponibilizar em prioridade, quase diria 80 a 100% à localidade e à comunidade de Pereira a utilização para fins culturais, sociais e autárquicos. Mas falo num protocolo como fez já tantos outros; agora uns não são filhos e outros enteados, porque é que uns hão-de ter património que é feito por todos e os outros não têm? Porque é que a Associação de Santo Varão, de Vila Nova da Barca, da Carapinheira não têm então o mesmo tratamento? Vamos assentar os pés na terra. Enquanto quiserem ter um PCM que sabe o que quer, para onde vai e como vai têm; quando não quiserem é o povo que tira, não são vocês, é o povo. Agora, o PJ de Pereira sabe que quando tem pedido sempre é atendido de imediato e é sempre positivo. A Associação também tem essa mesma circunstância e o PCM já deu indicações ao Vereador para formalizar, com os serviços, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

protocolo de cedência de utilização com um ou dois pressupostos, uma calendarização, porque a própria Câmara quer manifestamente apostar na cultura em Pereira e levar lá exposições, concertos, fóruns, debates e, concretamente aquilo que faço hoje quando vou a Verride, Abrunheira ou a Tentúgal é demonstrar que para mim o Concelho é todo uno e no dia em que tomei posse passei a Presidente de todos, com coragem, com capacidade, com esclarecimento e, sobretudo com grande amor. Demonstra-o a qualquer um e quem quiser fazer o desafio que ponha e evidencie o contrário. Penso ter esclarecido todos os pontos”. -----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Quero dar conhecimento que entrou na MAM um requerimento vindo do Membro Oliveira e Sousa em que, efectivamente o assunto em causa tem a ver com o direito de resposta. Obviamente que, como PAM tenho que dizer que um PMAM tem que saber da necessidade e exigências do desenvolvimento dos trabalhos. Entendo que, na altura a sua nova intervenção não era oportuna por vários motivos: primeiro porque tinha excedido largamente os 5 minutos que, efectivamente o RAM lhe concede; segundo, entendo que o Líder do Grupo da Coligação não foi hostil para com, o Senhor; terceiro, julgo que dentro dum clima de disciplina, bom entendimento e bom desenvolvimento desta AM, os assuntos que muitas vezes aqui traz, digo isto com muita sinceridade, são sempre assuntos que versam Pereira e com uma acção algo litigiosa. Quero para o Concelho a melhor discussão e, entendia e disse-o abertamente que o PCM no fim iria dar respostas e que seria uma maneira prática de resolvermos o assunto que quis versar. Assim, por esta série de entendimentos julgo que não tinha razão de ser a nova intervenção, até porque se for assim e, eu de maneira alguma sou contra os pedidos de esclarecimentos, entendo que eles devem existir, agora em certas situações de maneira alguma, senão o funcionamento, a disciplina e o rigor desaparecem. Espero sinceramente, porque somos amigos, que não veja isto de outra maneira que não seja apenas para que as coisas marchem com maior celeridade e que saibamos fazer, porque, claro que tive que o fazer também com o Líder do Grupo da Coligação, de quem sou amigo, mas estava fora de tempo a abordar assuntos que já tinham passado. -----

-----Agora, respondendo ao Membro Fernando Ramos, o direito à palavra existe, é evidente; temos que saber na hora própria dizer “sim senhor tem 2 minutos”, limitar o tempo. Agora penso é que há tantas questões, ainda agora aqui as vimos que são do nosso interesse, que têm outro envolvimento, enfim, penso que devia esta justificação. Eu defini os motivos porque entendi que na altura não devia usar da palavra. Vou-lhe repetir novamente, primeiro, tinha excedido os seus 5 minutos que o RAM lhe concede; segundo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Abril 26**

entendi que o Membro da AM não tinha sido hostil; terceiro, entendo que muitos dos assuntos que Vossa Excelência aqui traz, têm um cariz algo litigioso e são formalizados de uma forma que trazem alguma instabilidade à nossa AM. Entendo, como Presidente, que de maneira alguma na altura lhe poderia dar direito à resposta, agora não sou contra isso, acho que as pessoas têm direito a ter uma resposta quando não estão de acordo; não era o caso e, como tal vai desculpar-me, mas vamos continuar”. -----

-----**PONTO TRÊS – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA AS-**
----- **SEMBLEIA MUNICIPAL DE ACORDO COM O ARTº 39 DO----**
----- **RAM;** -----

-----O PAM usou da palavra e disse: “Entrou na MAM uma proposta procedente dos 3 Grupos Municipais e que me deixa antever que há uma concordância absoluta na constituição da Comissão Permanente, até porque vem assinado pelos 3 Líderes. Penso que estou a interpretar o sentido e o que se prende na essência é realmente abreviar a reunião”. **Documento anexo** à presente acta sob o número **09**-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Essa proposta não contempla suplentes, de todo o modo em força do RAM, a todo o tempo podem ser indicados os suplentes, portanto sobre esse pormenor não falei com os meus colegas, foi assunto técnico que só agora me ocorreu”. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Naturalmente que no meu caso concreto só pode suplente se eu não puder participar; nessa altura pode ser, ou não. Não sei até quando é que se pode prever que, se uma vez que é uma eleição nominal, numa situação em que eu não possa comparecer e que me faça substituir, se esse novo elemento que eventualmente me venha a substituir, pontualmente, possa ou não participar nessa Comissão havendo necessidade. Esta é uma questão de interpretação do próprio RAM”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu de novo o uso da palavra e disse: “Se me dá licença é só um pequeno contributo também. O ponto 4, do artigo 39º diz que podem ser indicados suplentes a todo o tempo e na sua falta ou impedimento, os Membros da Comissão podem fazer-se substituir ocasionalmente por outros Membros do mesmo grupo municipal, portanto, no nosso caso não há problema, ao nível do PS também não há obstáculo e penso que a nível da CDU penso que esta situação também se poderá acautelar”. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu uma vez mais o uso da palavra e disse: “Se se entender que numa substituição a pessoa que substitui passa, automaticamente, a fazer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2006, Abril 26**

parte do grupo, nessa altura não vejo inconveniente, mas é preciso que haja entendimento por parte de todos".-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;--- -----

----- Abstenções – 0;--- -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, cerca das 13 horas, o PMAM declarou suspensos os trabalhos, para almoço, pelo que deveriam os mesmos ser retomados às 14.30 horas.-----

----- Retomados os Trabalhos, procedeu-se à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças e ausências: -----

----- **PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José de Oliveira e Sousa, José Manuel Cardoso Bucu, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

----- **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - Membros: Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, José Laranjeiro Costa e o PJ de Meãs -----

----- **PONTO QUATRO** - APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O -----

----- INVENTÁRIO PATRIMONIAL E OS DOCUMENTOS DE -----

----- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2004; -----

----- O vice-presidente(VPCM), em substituição do PCM usou da palavra para fazer uma apreciação adicional, dizendo: "Muito obrigado. Caros Membros da AM como sabem o PCM tinha previamente informado a AM que teria uma reunião com uma Delegação do Conselho Empresarial do Centro. Tomarei nota das intervenções que entretanto forem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

proferidas, eventualmente, até dos pedidos de esclarecimento e, depois logo que ele chegue transmitir-lhe-ei e, julgo que assim pouparemos algum tempo e poderemos dar o andamento normal aos trabalhos”. -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Temos, neste ponto da Ordem do Dia, o Inventário Patrimonial e o Documento de Prestação de Contas relativa a 2005 e que são 2 documentos diferentes. Penso, por isso, que a MAM, fará votações diferentes. -----

-----Relativamente ao Inventário em si, o PS acredita que o esforço que tem sido feito em inventariar os bens da Autarquia, quer móveis quer imóveis tem sido, de facto, interessante e, por isso, não vê nenhum motivo para não aceitar este documento como bom e dando-lhe o nosso voto favorável. No entanto, se nos é permitido, mais no sentido do que já está inventariado, penso que e apesar de haver uma ficha relativamente a cada bem, é possível que sejam identificados com mais precisão. Para percebermos, em termos de bens imóveis, o Município é proprietário de valores na ordem de alguns milhões de euros e que, como o PCM dizia há pouco, há necessidade de equacionar da necessidade de lhe dar outro rendimento ou inclusivamente aliená-los. Face ao número de terrenos, nomeadamente de arroz no campo, não sei se esta AM não poderia discutir também este ponto e verificar, independentemente das posições estratégicas que cada um tem, sobre o melhor destino a dar a estes terrenos e, se calhar valorizá-los. -----

-----Quanto aos valores móveis, necessariamente inferiores, mas também uma questão significativa, o PS também não tem qualquer oposição ao documento enviado. -----

-----Relativamente ao documento de Prestação de Contas de 2005: independentemente da posição que tenho sobre o mesmo, importa relevar aqui o facto de como este documento tem vindo, sistematicamente, a ser melhorado e recomendo mesmo, se alguém não o fez, que faça, de facto uma leitura do Relatório e mesmo da Conta de 2005. Porquê? Porque ele vai muito mais além do que é aquilo que é devido ou que a Câmara deveria apresentar e tem aqui elementos que nos permitem fazer algumas considerações políticas sobre o mesmo. Este documento permite, fruto do que aí tem, verificar algumas opções do Executivo, que estão aí transcritas e cujo maior relevo, sem estar em desacordo com o mesmo, é a aposta que foi feita na questão da indústria e da energia. É aí que, fundamentalmente, foi afectada uma opção política deste Executivo diferente ou pelo menos cumulativa ao que vinha sendo feito anteriormente. Essa é uma opção política e está aí reflectida. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

----- Quanto à questão do saneamento e meio ambiente que o PCM há pouco falava, necessariamente que os dados estão aí e, de facto, é preciso manter o nível que vinha sendo mantido anteriormente, sob pena de continuarmos-nos atrasados ainda mais neste domínio. Pese o esforço das palavras fica claro que, no domínio da educação, acção social e saúde, importa também afectar recursos financeiros a este aspecto e que as palavras que anteriormente foram proferidas pelo PCM serão, naturalmente para executar para que esta rubrica seja também ela uma opção quer de sentimento político, quer de sentimento efectivo da afectação de recursos do Município. -----

----- Ainda, relativamente a outra grande rubrica e aposta que este documento nos traz, nomeadamente da cultura, turismo e desporto, não quero porque não sou hipócrita, dizer aqui o que a bancada da Maioria disse no passado. Digo apenas e, esta direi apenas ao PCM, certamente aquilo que ele já deve ter pensado para ele e não sei se disse em 2006: é preciso ser mais eficiente nesta rubrica e, portanto é uma afirmação que deixo e que ela deve ser lida assim.-----

----- Relativamente à questão das acessibilidades: é certo que é um esforço continuado e que, por incrível que pareça quando observamos as outras contas de gerência, quase um terço vem sendo sistematicamente afectado a essa rubrica. É importante que percebamos e sintamos que há aqui um fio condutor que, infelizmente, tem anos e que, aliás o PCM também, há pouco na informação deu a conhecer. Não foi por acaso que ele voltou a falar nas EN 341 e 347, na via rápida. No domínio da acessibilidade, de facto, a CMMV e isso deve ser referido na reunião que haverá com o Secretário de Estado, Paulo Campos, gasta um terço do orçamento há anos sobre anos e isso quer dizer alguma coisa.

----- Dentro desse aspecto e porque o documento, como disse, tirando a forma, é excelente, tem opções políticas umas idênticas, outras diferentes. Não querendo estar a discutir aqui se as rubricas anteriormente tinham sido mais ou menos afectadas, noutras há desequilíbrios. São opções políticas como é sabido e por mais que se queira o PS ou o PSD não têm tido estas opções políticas. Naturalmente a conta que aqui está traduz a realidade e não encontrámos, pelo menos nos meus fracos conhecimentos, nada que pudesse estar errado e, por isso, o PS dará o benefício da dúvida e abster-se-á no que diz respeito às contas de 2005”.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Não tinha muito para dizer relativamente a estes documentos que nos foram presentes. São documentos que fazem uma análise exaustiva do que aconteceu mas gostava de salientar dois aspectos que me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

parecem importantes e para os quais temos chamado à atenção da CM. Não faz sentido continuar a insistir nisto; a própria CM chama-lhe engenharia financeira, termo de que não gosto e isso dizemos nós que fazem os outros quando nos estão a tentar passar o sol pela peneira. Portanto, não faz sentido insistir na venda do património, que são os terrenos que podem valer 10 milhões de euros, para depois se não vender coisinha nenhuma. Sabendo que, no fundo, é aquilo que permite termos alguma esperança de que venha alguma receita extraordinária, é o que permite orçamentar despesa na esperança de a poder executar. Não podemos continuar a fazer comparações em termos de execução orçamental com Executivos anteriores quando as regras eram diferentes, até porque acabamos por assistir a uma execução orçamental, no capítulo do investimento, bastante debilitada - para 17 milhões de previsão conseguiu-se executar 7 milhões e pouco, sendo que corresponde pouco mais ou menos às transferências de capital que a CM conseguiu obter e que são, no essencial, neste ano, de um milhão a mais do que em 2004. O valor é bastante menor do que o do ano anterior e, portanto, era importante que começássemos ou que tentássemos limpar estas contas para depois não chegar ao fim do ano e andarmos sempre à volta do mesmo e estamos a repetir-nos. Provavelmente fiz aqui a repetição daquilo que a minha camarada há um ano disse. É evidente que convém realçar que 2005 foi ano de eleições e isso está bem expresso na rubrica do turismo, cultura e desporto onde couberam todas as realizações que se calhar todos reconhecemos que nem sempre tiveram a maior utilidade para o Concelho - tipo procissões, festas e outras coisas que, já não digo romarias, porque já é termo comum. Não vou pôr em causa o que toca ao Inventário, o qual aprovarei; não vou pôr em causa a conclusão da rubrica das despesas, nem a das receitas pois não faz sentido, nem temos qualquer capacidade para verificar da sua veracidade. Penso que somos todas pessoas de bem e a CM também e não está aqui a falsear dados. Assim, mantendo a coerência daquilo que temos vindo a fazer relativamente aos orçamentos, desde já vou dizer-vos que me vou abster relativamente a este relatório de contas. Faço-o apenas por que se tenta fazer nele também uma análise de um mandato inteiro, mandato esse onde, embora tenha havido bastante mais investimento na criação de emprego ou na criação de condições para a criação de emprego, mesmo assim foi uma posição que ficou relativamente secundarizada. Penso que não houve a compreensão suficiente, por parte do Executivo, de que num primeiro mandato em que todos estão em estado de graça, valia a pena ter ido mais longe, ter arriscado mais e ter sido mais lesto neste desiderato que é a fixação de pessoas no Concelho e permitir que tenhamos as nossas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

remunerações no Concelho donde somos, onde vivemos, onde nascemos. Parece-me que se tentou agradar a gregos e a troianos, teve-se em consideração a reconquista das eleições para a CM e, portanto, parece-me que perdemos algo embora reconheça que se tenha feito bastante, penso que, uma vez mais, perdemos um bocado de tempo e, por isso vou abster-me exactamente na lógica das razões por nos temos abtido no orçamento que suportou este relatório, exactamente com os mesmos argumentos”.-----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Num Concelho onde tanto havia que fazer e, ainda, há para que fazer, o Executivo apresenta-nos um documento de Prestação de Contas que, uma vez feita a sua análise, se encontra tecnicamente bem elaborado, apresentado numa forma clara, que pretende rigor e que demonstra bem o que se passou no exercício nas principais áreas de intervenção. Obras lançadas e realizadas e tendo também presente as grandes linhas orientadoras do projecto político que consubstancia esta liderança assumida pelo PCM.-----

-----Considerando que foi, na nossa óptica, respeitado o princípio duma gestão equilibrada e transparente que tenta evitar as derrapagens e acima de tudo que tende para a humanização dos serviços e da função Autárquica fundamentada principalmente em critérios de desenvolvimento económico em preocupações bem evidentes no domínio social, cultural, desportivo e até ambiental;-----

-----Considerando também que estão bem patentes, nesta demonstração de resultados e relatório, as áreas principais onde a câmara fez a sua intervenção no ano transacto e os respectivos investimentos que aconteceram, como a aposta do Executivo na criação do emprego. Há pouco falava-se em ser mais arrojados. Será que o Executivo não foi arrojado ao criar um parque de negócios em Montemor-o-Velho e ao realizar o lançamento dum pólo logístico e industrial em Arazede? Com este arrojo o Concelho fica agradecido. -----

-----Não se esqueceram, também, as zonas onde a indústria já há alguns anos tem alguma tradição e para a qual é preciso olhar com olhos de futuro, tendo exemplo os casos de Tentúgal e as zonas de Pereira e de Santo Varão. A par disso a preocupação de fixação de empresas novas e criação sempre de melhores e mais empregos de modo a existis, no Concelho, o desenvolvimento sustentado. A aposta numa estratégia de cada vez maior incremento no ponto de vista cultural e no ponto de vista educacional. Estamos a discutir o documento do ano passado, mas que este ano está a ter uma sequência grande com toda a estratégia que aqui debatemos de ligação às Universidades, de implementação de serviços e de apoio ao pré-escolar e ao primeiro ciclo de básico e do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

ponto de vista de apoio do ensino superior. Quando se faz críticas de que não se aposta na educação, elas carecem de melhor fundamento; não podemos agarrarmo-nos só à frieza dos números, mas a todo o trabalho que foi feito à volta desta temática por este Executivo durante o último ano. Aposta também muito clara na concretização duma rede de acessibilidades e de eixos rodoviários que são fulcrais à economia e à expansão urbanística que pretendemos vir a ter no futuro, duma forma abrangente por todo o nosso Concelho. -----

----- Outro aspecto tem a ver com a rede de infra-estruturas básicas e o saneamento com investimentos significativos que nos permitem solucionar definitivamente algumas faltas de que o Concelho está carecido. Apostou-se claramente em áreas fundamentais, no desporto, na cultura, no ambiente e no turismo. Queria aqui dizer que quando há agrupamentos políticos que fazem a analogia da actuação do Executivo sobre festas e romarias, quer dizer que o nosso projecto político tem uma honra grande em tentar ir mantendo as festas e romarias que são queridas pelo nosso povo, povo esse de que emanamos. Não queremos efectivamente cortar com o passado e com a tradição; tal faz parte do projecto humanístico que temos na nossa forma de ser. Todavia, além de apoiarmos esse tipo de festas e romarias, revivermos tradições: em Montemor, na Senhora do Desterro, no São Brás, no Castelo, festas que estavam efectivamente esquecidas. No domínio do turismo e da cultura foram feitos eventos de grande qualidade e que até são demonstrados pela própria Internet, no site da Câmara, que divulga muito bem esses acontecimentos, para todo o mundo. Esta CM projecta o Concelho com acontecimentos de muita qualidade e esses sim não se podem confundir com festas e romarias: o Festival do Arroz e da Lampreia, com um congresso de orizicultura e de desenvolvimento rural e onde se fez o lançamento, em comunhão com o investimento privado, da Via Láctea. Foi um dia em que se discutiu o futuro da agricultura na Região, falando de produção hortícola. Tal não se pode confundir com uma festa e uma romaria, mas foi um evento de grande qualidade que visa defender o futuro dos nossos agricultores e a fileira de produção do arroz não lhe virando as costas e apontando uma saída para a produção hortícola. -----

----- Novamente surgem os protocolos de colaboração de delegação de competências com uma transmissão de poderes e numa conjugação de esforços com as JF, acompanhados de recursos financeiros, técnicos, humanos e logísticos. Também isto está referenciado. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

-----A questão do PDM que na última Sessão, aqui tanto defendemos e que é um compromisso nosso e que a CM está a levar a cabo neste mandato. Conseguimos levar por diante a revisão do PDM, não a qualquer custo pois já se digitalizaram as cartas e ouviram-se os munícipes. Já se fez a carta educativa, a carta desportiva, o mapa do ruído, o plano de desenvolvimento social por forma a garantir que efectivamente este documento seja um documento moderno e à altura do desenvolvimento harmonioso e correcto do nosso Concelho. A par da formação e da reconversão dos recursos humanos que são nesta casa o principal activo e, nesse aspecto tem havido uma grande vontade de reconverter os recursos e de os estimular de modo a cada vez prestarem um serviço mais concreto e mais moderno aos Munícipes deste Concelho. Face a estas situações, e ao rigor técnico do documento, o Grupo da Coligação Montemor no Rumo Certo, votará favoravelmente o Relatório de Gestão e de Prestação de Contas de 2005". -----

-----O PCM pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: "Agradeço as intervenções que me antecederam. Gostaria de focar algumas ideias de força e, permitam-me, desde já, que vá ser eu o crítico desta maioria. Digo isto frontalmente à Oposição, porque acho que, com a devida vénia e com a devida humildade, rebaterei alguns dos aspectos que foram apresentados. Fá-lo-ei no bom sentido da palavra porque quer o Membro Fernando Ramos, quer o Membro Jorge Camarneiro, bem como o Membro Mário Pardal recolhem de mim uma amizade profunda que não tem nada a ver com as discussões que tenhamos aqui e nem sequer isso é posto em causa. Concretamente, o que penso que deveríamos discutir e uma vez mais faço um apelo à memória em relação ao dia de ontem, sobretudo a uma questão em que penso que estamos todos de acordo. De facto, o modelo está esgotado, mas não está esgotado só politicamente; está esgotado na forma, no conteúdo e nos recursos. E, sem hipocrisias do ponto de vista de discurso político, meus caros amigos, meus caros companheiros, meus camaradas: o primeiro mandato do exercício da equipa por mim liderada tinha 2 opções - promover obra, mostrar diferença ou gerir a crise e apelar à solidariedade. É evidente que esta segunda poderia ser mais adequada para a Oposição, mais tendencialmente predisposta a ser novamente alternância do Poder e, assim, demonstrar a ineficácia. A questão punha-se e põe-se na capacidade de gerir num equilíbrio instável, ou num desequilíbrio estável, conforme queiram. Uma participação ou um binómio de relatividade que comportasse a execução do investimento numa fase crucial de conjuntura negativa para o País e para a Região e que nos permitisse ganhar espaço territorial do ponto de vista da comparação concorrencial com outros Municípios, desde

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

que não pusessem em perigo a sua viabilidade de curto, médio e longo prazo. Por um lado ficámos, quer queiramos quer não, um pouco à vontade falando disso de uma forma diferente do que falámos. Ficámos libertos dum fantasma que era o endividamento de médio e longo prazo que esse, através dos anátemas criados pela Ministra das Finanças da altura e depois continuado no actual Governo. As limitações foram claras e, se repararem, isto significou que o nível de endividamento das Câmaras fosse passado para metade, em termos formais e daí que com alguma razoabilidade, alguma estratégia de oportunidade, contraímos o tal empréstimo que nos resolveu um problema, mas que por outro lado nos deixou claramente reféns daquilo que é hoje a falta de capacidade de endividamento de quem rompeu esse tecto. -----

----- Circunstancialmente nisto eu discordo das observações, embora as perceba. Do Membro Jorge Camarneiro discordo a 2 níveis: do ponto de vista político porque ele sabe perfeitamente o que é que quis dizer com a sua intervenção; do ponto de vista técnico isso não é argumento porque, hoje, as regras de formalização orçamental são claras através do POCAL. São médias ajustadas a períodos de 24 meses respeitantes ao passado histórico recente, medida entre Outubro de cada ano, isso está na Lei. Deixa a variação exclusiva e subjectiva no que diz respeito àquilo que qualquer Município pode e deve fazer dentro do tal equilíbrio que há pouco se falava de estabilidade entre a permissividade de executar despesa sem eventualmente ter essa receita garantida. Mas, onde é que isso se obtém? Na chamada venda de bens de capital que pode ser venda de património ou de outros equipamento. Se repararem na Conta de Gerência de 2005 o total de investimento transitado, isto é, já comprometido, iniciado no ano de 2005 para o ano de 2006 é de 7.483.000 euros e o total da receita que estava estimada em venda que não foi utilizada eram 10 milhões. Quando aqui se fala em engenharia financeira não é para enganar ninguém, porque se fosse para enganar então havia aqui gente a descobrir isso. Penso que o Membro Fernando Ramos falou numa situação que é equacionada hoje, mais do que nunca premente, sobre a questão da manutenção ou não dalgum património que temos e que é obsoleto, que tem custos enormes de manutenção e que não tem justificação. Essa vai ser outra das questões que, mais tarde ou mais cedo, vai aparecer aqui para discussão a breve trecho, porque hoje temos determinado tipo de circunstâncias que vão ter que ser equacionadas. Chamo, por exemplo, a atenção para a observação feita pelo representante da CDU que está bem transcrita e se compararem já o Orçamento e Plano de Actividades para 2006, em que a venda de bens já baixou de 10 para 7 milhões e vai continuar a descer. É possível e devem ser comparados os valores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

de agora com os de antes em que a forma de cálculo era diferentes, pelo que é mais uma razão pelo que hoje estamos cerceados, isto é, nós não podemos nunca avançar mais do que aquilo que nos é dado. O que é hoje fulcral e aí, permitam-me que eu já ouvi essa observação ao Grupo do PS no Executivo, é que quando falamos em investimento, é investimento por ser investimento - não é aquisição de serviços, é investimento, é património, é realização de capital e aí é que nós apostámos aqueles 30 e tal por cento. Onde? Na feitura dos polidesportivos, da piscina municipal, da biblioteca municipal e muitos outros. Aí não venham falar em festas, porque aí tenho que vos dizer: “não sabem o que estão a dizer”, porque festas vão para aquisição de serviços, vão para despesas correntes e, aqui é que se eu fosse oposição dava pancada neste Executivo – “Vamos lá cercear a despesa corrente, tem que começar a apertar esta coisa. Sim senhor, e, ponha-se a pau”. Neste momento vou dar-vos um exemplo: consegui, no final do 1º trimestre deste ano, reduzir 15% das horas extraordinárias, mandei renegociar os seguros, mandei encurtar determinado tipo de apoios que dávamos em concreto a associações e escolas. Estavam habituados a pedir para saírem às 8 horas da manhã e se fosse possível chegar às 19 horas e quem é que pagava as horas extraordinárias aos motoristas? Quem é que pede ao fim de semana o autocarro? É para o futebol, é para isto, é para aquilo, vamos a ter calma. Vocês no final analisam e vêm se aparece algo que diga transferências. Se juntasse às transferências efectuadas para o associativismo, aquilo que são despesas indirectas de horas extraordinárias, de ocupação de fins de semana, isto não parava e aí temos que ter coragem de dizer: chega. É por isso que defendo a Empresa Municipal (EM) para em eventos culturais as despesa se tornarem muito mais transparentes. Por exemplo, se o Festival do Arroz e da Lampreia passasse a ser feito por essa EMe, numa primeira fase a empresa logicamente vai ter que ter fundos de maneio financiados pela Autarquia, o subsídio passaria a sair da Câmara para a EM, de uma forma bem evidente, porque tem que ser autorizado pelo Executivo. A transferência semestral ou anual de um subsídio à exploração da parte da EM para compensar o deficit, eventual, que ela venha a ter durante um certo período, isso é outra questão. A angariação de receitas para esses eventos tornam-se mais facilitados por parte duma EM, do que propriamente para a Câmara. Vejamos um exemplo concreto: teoricamente não temos a liberdade de pedir apoios para iniciativas municipais que vai ter uma EM, porque temos que o justificar e, nalguns casos até é mesmo essa seponsorização tem que funcionar em termos de concurso. Com base nesse concurso é possível explicar porque é que é o Intermarché

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

que dá dinheiro e não é, por exemplo, o Plus? De outro modo poder-se-ia pensar que existiria um conluio com o Intermarché e é isto que a Lei diz.-----

-----Permitam-me que vos diga e repita uma coisa que já disse da parte da manhã: neste momento temos valores de investimentos estabilizados, digo isto com consciência do que vou dizer, num patamar se calhar superior às nossas capacidades, pois estamos a investir em média 7 milhões de euros por ano e, como há pouco foi dito e bem, quais são os fundos próprios actuais? Não se esqueçam que o QC III foi esgotado na maioria dos seus vectores, logo de início e só tivemos acesso a eles em 2 ou 3 iniciativas. Neste momento temos para receber dos Fundos Comunitários, de obras que aqui estão dadas no passivo, com dívida transitada,, cerca de 2 milhões de euros, isto é, na maioria dos casos com obra realizada, significa que, qual é o problema aqui? Como se soluciona nos adiantamentos de pagamentos tem que haver circulação de Tesouraria para os poder ir buscar e, dentro dessa matéria, estão a ser feitas intervenções - a renegociação de parte deste passivo de curto prazo através de novos mecanismos que existem. Através da banca onde podemos consubstanciar, num período dilatado de 2 ou 3 anos, o crédito dado pela empresa ao Banco e do Banco relacionado connosco, isto quer em termos de empreiteiros quer em empresa de serviço. Dou-vos um exemplo: há pouco referi que com a ERSUC tive um plano deste género e que é o que se está a passar em todo o lado. Há uma necessidade clara de podermos manter uma estrutura de investimento pois bastava estarmos quietos, para termos em 2006, 7,5 milhões e meio de investimento na rua. Meus caros amigos: passagem de Pereira que vai ser lançada agora quanto custa? Passagem superior de Formoselha quanto custa? Querem mais obras? Só nestas estão mais de 2 milhões e quinhentos mil; portanto, se somarem, das duas uma ou paramos, ou vamos em frente. Há aqui uma opção que a Maioria me deu de beneplácito concordar: não vou parar um investimento. Outros vão ter que parar, nós vamos avançar. Não posso ultrapassar o limite de saber o que é que vou deixar, isso é que é fulcral. Só há uma hipótese: é reduzir a despesa corrente e reduzi-la ainda mais em diferentes níveis passando pela aquisição de serviços. Tenho uma questão fulcral que qualquer um dos Membros da AM que tivesse tempo, se fosse dar uma volta perguntava: como é que é possível ir sustentar isto por mais 2 ou 3 anos? O parque de máquinas da CM é vergonhoso; é preciso ter funcionários nesta casa e é evidente que há os maus em todo o lado, que há os maus exemplos, que há de tudo, mas isso existe em todo o lado. No entanto é preciso tirar aqui o chapéu a muito trabalhador e aqui os PJF são os primeiros a reconhecer isso, que com aquelas máquinas, com aquela capacidade de trabalho não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

se vai muito longe. Eu hoje precisava, à vontade entre 1 milhão a 2 milhões de euros para repor maquinaria. Há aqui uma questão que é grave: estamos a começar a ter custos de manutenção e de reprodução extremamente elevados; agora vai comprar-se mais um corta-silvas e esta questão funciona interligada. A partir de uma certa altura o próprio apoio às JF é cerceado da intervenção, porque vai para lá uma equipa e depois a rectro tem que ir para arranjo, porque a niveladora já tem não sei quantos anos, já não apara ao mesmo nível, já cai e, dentro desta matéria claramente é uma zona lacunar e difícil que nós vamos ter que ultrapassar. Podem perguntar, então e o autocarro que o prometeu comprar? Eu, de facto, às vezes interrogo-me: vou comprar o autocarro e vou deixar a niveladora por adquirir? Vou dar 35 mil euros por um autocarro e não tenho 18 ou 20 mil para dar por uma niveladora ou uma rectro? O que é que vai ser prioritário? O que é que vai ser mais necessário? O mês de Junho, só para vocês terem uma noção, no do subsídio de férias, no ordenado e no pagamento dos empréstimos de médio e longo prazo leva toda a transferência que vem e ainda nos falta dinheiro. Hoje a estrutura fixa de juros e capital mais os salários é pesada. Dir-se-á que os salários aumentaram, porque pôs para aqui “boys” da sua equipa? Pergunto: onde é que eles estão? Meti muita gente no parque de máquinas, mais de 40; quero saber quem é que tem coragem de os despedir numa altura em que, aí sim sou mais socialista e comunista se calhar do que muitos de vocês, em que há desemprego, em que há famílias que vêm aqui falar comigo, em que choram porque estão sem postos de trabalho. Vão ver os técnicos que estão lá em baixo a trabalhar como operadores de máquinas, como maquinistas, como canalizadores, carpinteiros e vão perguntar se na maioria dos casos estavam no desemprego. Eu cheguei ao final do desemprego e fiz contratos. Quando cheguei a esta casa tinha 162 funcionários no quadro, actualmente temos 165. Podem pedir o balanço social que já foi enviado às Centrais Sindicais e comparem. Temos quantos trabalhadores contratados? 52. Em que áreas? Vejam o Gabinete de Estudos e Projectos, vão lá ver quantos deles é que estão no quadro. Vão ver outras áreas e, este ano vou ter problemas, porque mais uma norma do Governo, extremamente acutilante que só pensou num objectivo e não viu a forma nem os meios, que diz que se nós ultrapassarmos em 10% a despesa de pessoal do ano anterior, vamos ser confrontados com cortes nas transferências do FEF. Pergunto o que é que faço à Biblioteca? Fecho-a? O que faço à Piscina? Fecho-a? A piscina tem que ter nadadores, tem que ter professores; a Biblioteca tem que ter especialistas, tem que ter todo um conjunto de pessoal. Outros projectos que posso falar, o que é que eu faço? Inauguro-os e fecho-os? Quem é que vou lá meter como técnico, que não são

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

técnicos superiores, gastam dinheiro, quem é que lhes paga? Esta de facto é uma realidade da qual não estou a falar em vão: há uma semana tive que mandar para a DGAL a comparação do primeiro trimestre de 2005, com a despesa de pessoal do primeiro trimestre de 2006. Há lá uma diferença de “x” e tive que justificar alínea a alínea onde é que ela aparece e pergunto: afinal de contas o que é isto? As delegações de competências são quase todos os dias, as compensações são zero e, dentro dessa matéria acho que temos que ter uma cumplicidade aqui face a determinado tipo de circunstâncias; não peço cumplicidade político-partidária, nem sequer passa pela cumplicidade de análise e circunstâncias em que, das duas uma, ou se para concretamente as coisas ou para se manterem, claramente há níveis de estabilização quer da dívida quer da realização que agora não podem parar, ou então é posto em causa o projecto. Vou dar-vos mais 3 exemplos que têm sido aguardados: o projecto da recuperação da EM 335-1, entre a Volta da Tocha e Faíscas está pronto mas não o mando para concurso - é um projecto lindíssimo com ligação à saída da A17 que vai ficar na Sanguinheira, que contempla uma ciclo-pista que vai ligar à Tocha. Estou a falar de como me foi apresentada e com cust que não imaginam - tive que cortar, deixou de haver 2 passeios, passou a haver um passeio, é mais barato fazer uma ciclo-pista por ali fora do que estar a fazer o passeio, a verdade é esta e, arranjámos um equipamento novo que para a vista poderá ser melhor, fica mais verde, mais bonito. Só aqui estamos a falar de mais de 2 milhões de euros, mas vamos parar, vamos para aonde? Para mim continuo a dizer: paro na despesa corrente e chamo muitas vezes a atenção, ao VPCM Pedro Machado, ao Vereador Saltão, a toda minha equipa. Dou um exemplo, ninguém me dá medalhas, mas eu nunca troquei de carro ao fim de 5 anos, foi essa a minha preocupação, eu não tenho secretárias que lhes esteja a pagar os 10 ou 20% - são funcionários da Câmara que não recebem nada. Eu sou o primeiro a dar esse exemplo; se alguma vez houver questões a alternância é muito clara e ela esteve, no dia 9 de Outubro, à disposição de toda a gente. Agora, eu não estou satisfeito com esta Conta de Gerência do ponto de vista da questão fulcral de compatibilizar e de ser coerente entre alguns destes aspectos e aquilo que me passa por dentro dos dedos. Só quem cá está é que sabe o que é e muitas vezes quando eu era apelidado de prepotente, tudo passava por mim - Deus queira que tudo passe por mim. Não é por desfazer em nada da minha equipa, mas é que há muita gente nestes serviços, isto é como uma empresa e pergunto ao Membro Jorge Camarneiro se na empresa dele, se ele também não chega a um momento e não vai saber tudo o que lá se passa, porque tem que saber. Aqui é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

exactamente o mesmo. Hoje a Câmara é uma empresa onde há funcionários que trabalham com níveis de produtividade alto e há outros que trabalham com níveis de produtividade tão baixíssimos que não vale a pena preocuparmo-nos mais com eles. Mas onde nós temos que ter esta preocupação, porque há aqui Directores de Departamento que é como se funcionassem como os Chefes de Serviços intermédio, que têm competência, mas que muitas vezes viabilizam despesas que eu questiono, coisa que não se fazia, porque elas passam por aqui e eu digo não, porque é que é isto? Volta para trás ou paga. Portanto, neste momento eu considero que em relação ao ano de 2005, a situação para continuar num percurso de coerência com algumas das afirmações aqui tidas tem, de facto, chegar agora a 2006 e ser ainda mais restritivo. Mas não no sentido de prejudicarmos o Município; não no sentido de prejudicarmos a obra; não no sentido de pormos em causa o sistema pela máquina que nós próprios criámos, mas pela solução do serviço que queremos dar. Finalmente há aqui uma questão que é clara: se olharem para estas contas elas são visíveis - cresceu a receita própria, quase exclusivamente à custa dos loteamentos e, o resto, nós aí enfiámos a cabeça na areia, as questões de outras receitas próprias pelas quais temos que enveredar, sejam elas de alienação patrimonial, sejam elas de actualização de taxas, tarifas é inevitável. Ponto fulcral: é que isso seja feito com garantia e, nisso podem estar cientes, que isto não tem a ver com questão política tem a ver com questão de coerência de consciencialização e até de formação que é de nós ainda sermos cada vez mais rigorosos na restrição à despesa supérflua. A despesa supérflua não é no sentido daquilo que possamos pensar que ela é efectuada avulsamente, mas por aquilo que nós teremos que deixar de fazer, porque neste momento não é adequado que se faça, neste momento não é prioritário, neste momento essa verba é mais importante para pagar a obra, para pagar o equipamento, para pagar o imobilizado; isso é que concretamente penso que é necessário. Por isso, pessoalmente acho que a atitude de se absterem nesta matéria do ponto de vista do Relatório de Gestão e das Contas de Gerência aprovando o património, de facto, não me aflige. Desculpem dizer isto, mas não me aflige do ponto de vista pessoal, acho que é uma atitude para já legítima, democrática e adequada. Deixo hoje aqui um desafio que é para que vamos mais longe num futuro próximo e ao longo deste ano. Há muito mais coisas que são necessárias que tenhamos, sobretudo uma leitura desta própria CM, quando digo o sentido empresarial de gestão, não no sentido empresarial do objectivo, que aí, claramente nós temos que pôr sempre a área social, a área da valorização humanista. Vamo-nos compadecer se não tivermos essa atitude em correlação com a outra de gerir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

como se fosse uma empresa, sobretudo nos meios que a todos custa muito que são os impostos que todos pagamos e, é dentro desse âmbito que penso que eu mesmo diria: “desculpe lá PCM mas tem que rever ainda algumas coisas”. -----

----- Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação do Inventário Patrimonial que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- O Inventário Patrimonial foi aprovado por unanimidade. -----

----- Foram postos à votação os Documentos de Prestação de Contas de 2005 que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 14; -----

----- Votos a favor – 19. -----

----- Os Documentos de Prestação de Contas de 2005 foram aprovados por maioria. ----

----- O Membro Jorge Camarheiro pediu a palavra e disse: “Gostava de fazer uma declaração de voto. Uma vez que estamos a fazer um modelo em que se intervém apenas uma vez gostava de dizer o que não pude acrescentar à minha intervenção inicial. Abstive-me, porque estávamos a tratar em rigor da aprovação do Relatório de Contas. Um Relatório de Contas normalmente é analisado por fiscais; fiscalizam politicamente, do ponto de vista técnico e contabilístico, da veracidade dos números ou da verdadeira reflexão dos números numa forma legal e, vou repetir: abstive-me porque, do ponto de vista político e gostava de repetir isto ao PCM, dá-me a ideia de que, eventualmente, não ouviu a intervenção que fiz, o investimento reprodutivo, aquele que pode trazer e acrescentar receitas ao Município, que pode permitir encarar novos desafios, esse investimento não foi mais arrojado, eu tive o cuidado de o dizer, ou seja, o investimento nos parques de negócios, zonas industriais. Na minha opinião deveria ter permitido apressar este projecto que todos apoiamos, todos queremos ver realizado e, sabemos bem que a este nível de investimentos, ainda hoje de manhã o PCM teve a oportunidade de o referir, eles que trazem novas pessoas, novas necessidades, na compra de habitação, o recorrer a serviços, cobrar serviços, a necessidade de investir em situações, digamos que, adicionais aos próprios projectos que desenvolvem, a própria compra ao Município das infra-estruturas necessárias para implantar as empresas. É um conjunto vasto de receitas até por via dos impostos, que passam a chegar ao Município e que até aí

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

não chegavam e é isso sim que vai permitir depois desenvolver e melhorar a rede escolar, investir mais em turismo, em cultura, etc.. Esta sim a razão fundamental e disse também que na sequência daquilo que, aliás tinha sido dito na altura da aprovação do orçamento que potenciou este Relatório. -----

----- Já agora, só pedir ao PCM que não tente fazer o lugar da Maioria e da Oposição, de alguma forma passando um atestado de menoridade à Oposição. Como deve calcular com os 5 minutos que nos são dados para nos podermos pronunciar sobre isto que está neste Relatório, naturalmente que não é em 5 minutos que temos a oportunidade de escapelizar tudo aquilo que aqui é reflectido. -----

----- Agora vamos ter a oportunidade, naturalmente, espero eu, de no ponto seguinte poder falar sobre muitos aspectos de que falou, porque há, apesar de tudo, uma manifesta desigualdade entre a hora e meia que teve a oportunidade de falar da parte da manhã e os 5 minutos no mesmo ponto em que cada um pode expressar-se e, agora da parte da tarde a mesma coisa. Não há aqui falta de estudo, não há aqui menorização em relação a posições e oposições, o que há é a limitação formal”. -----

----- **PONTO CINCO – DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, DA**
----- **CRIAÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL.** -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM: gostava de colocar um ponto prévio relativamente a este aspecto. Antes de começar a Sessão da tarde, sugeri aos líderes dos Grupos do PS e ao da Coligação que este ponto pudesse ser objecto de uma reunião extraordinária da AM não tendo tido o acordo, penso eu pelo menos, do Membro Mário Pardal. Percebo; estamos em hora de poupança, mas a verdade é que este ponto tem tamanha importância que manifesto, por razões óbvias, ou por razões várias e até pelo facto de termos recebido as convocatórias na semana passada, em que, por coincidência, cheguei só no sábado à meia noite do estrangeiro, de com o 25 de Abril, com a necessidade de fazer a intervenção, não ter tido tempo suficiente para estudar com profundidade a questão e ela merece-o. Tinha proposto esta possibilidade; não sei da urgência da aprovação pela AM deste ponto, aprovação que está garantida, à partida, até pelo apoio da Maioria, mas acho que, apesar de tudo, fazia sentido ter bastante mais tempo para poder discutir esta questão e, eventualmente, haver mais tempo para preparar essa discussão. Nesse sentido, eu sugeria se possível for, que se pudesse deixar este ponto para uma próxima reunião. Não tenho problema de o discutir hoje, mas penso que seria avisado deixá-lo para outra altura, não muito distante. É uma sugestão”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

----- O PMAM usou da palavra e disse: “A documentação foi entregue com tempo e por motivos profissionais o Membro Jorge Camarneiro não pode estudá-la. Penso que há algum interesse em que hoje tenhamos capacidade para decidir sobre este ponto; esta é a minha opinião. De qualquer modo o PS também teve toda a documentação a tempo e horas e estará em condições de poder discutir e deliberar sobre este ponto. Aliás o Membro Fernando Ramos é o primeiro inscrito” -----

----- O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “De facto, quando abordámos isto penso que a CDU fez uma proposta concreta; assim e uma vez que não houve acordo entre os Líderes, o PS, de alguma forma, está preparado para o discutir este ponto. É certo que há aqui questões que, durante a discussão, se irão colocar e como costume dizer: a Maioria tem o direito de governar, pode é não ter o direito de não ter razão e isso iremos verificar. E porquê, entrando directamente na discussão do ponto uma vez que deduzo das palavras do PMAM, de facto vamos discutir o ponto e não vamos adiar para outra reunião. Certo?” -----

----- O PMAM interrompeu dizendo: “Não vamos abrir um precedente: o Líder de Grupo da CDU, infelizmente por motivos profissionais, não pode, mas todos os restantes Membros da AM tiveram acesso, atempado, à documentação e penso que não tenho o direito de estar a cercear ao Executivo a discussão deste ponto”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Eu não disse que não tinha tido tempo; o que disse foi que tinha tomado contacto à posteriori. Estou preparado para a discussão, mas penso que este tema é demasiado importante para poder ser discutido, depois de analisado pelos Membros da AM desde quinta-feira da semana passada até hoje. Foi o que disse”. ---- -----

----- O Membro Fernando Ramos usou de novo da palavra e disse: “É claro que o PS é crítico mas apologista de que os mecanismos de gestão das EM podem ser, de facto, mais eficientes do que muitas vezes a própria eficácia das CM. Quanto à questão em si não é aí que reside o desacordo, muito menos quanto ao nome, pois penso pode ser este ou outro qualquer. A questão fundamental, independentemente, da questão particular que nos assaltou a dúvida, enquanto Membro do Grupo do PS nesta AM, foi o seguinte: entendemos que estes Estatutos que aqui são propostos retiram poderes à AM e, portanto, esta é uma questão de fundo que gostaríamos de ver discutida, independentemente, de algumas questões de pormenor e porquê? Porque esta AM foi eleita num determinado pressuposto, com uma determinada conjuntura. Se repararem, somos nós que temos que aprovar o estatuto desta EM e, após aprovados, a partir de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

amanhã a CM pode alterá-los quando muito bem quizer e lhe apetercer. Não está aqui em causa a figura do PCM, desta ou daquela maioria. Nesta perspectiva é preciso não esquecer se, de facto, a AM está disposta e esta é a grande questão política, a abdicar de fiscalizar a acções da CM. Neste caso elas seriam transferidas para a própria CM que, por sua vez as transferirá para a EM e essa sim é a grande questão política. Nesta fase e aqui perdoar-me-ão de reforçar aquilo que o Líder do Grupo da CDU disse há pouco que, de facto, senhor PMAM, às vezes a réplica é precisa, pedia-lhe, já por antecipação, que a AM discutisse este ponto. É preciso perceber se, enquanto Órgão, estamos disponíveis para abdicar deste poder e a partir daí, evidentemente, discutiremos a questão dos estatutos, artigo a artigo, alínea a alínea, se quiserem, como quiserem e entenderem. Esta é a grande objecção em termos dos eleitos do PS que podendo esta AM tudo, a partir de amanhã, relativamente à EM, passa por um mecanismo legal quase a não poder nada e essa é a questão que gostaria de levantar como princípio". -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: "Gostava de começar por dizer o seguinte: na acta, ou pelo menos no parecer da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro diz que compete à AM a aprovação dos Estatutos da EM, ao abrigo de toda a legislação que é mencionada, mais e sempre na presença dum estudo técnico e económico-financeiro. Ora, nós temos o projecto dos Estatutos mas não temos o estudo técnico económico-financeiro relativamente a esta EM, mas eu não sou tão formalista nem legalista neste sentido. Preocupa-me o aspecto que começou por referir o Membro Fernando Ramos, com quem, aliás tive a oportunidade de trocar algumas palavras sobre isso há pouco e que é esta questão da transferência de poderes. Esta proposta de Estatutos pressupõe que esta AM abdique não só da aprovação das alterações estatutárias, mas também permite que esta AM abdique de dar ou não autorização à contracção de empréstimos. Ora há uma filosofia inerente a esta proposta que me parece merecer uma grande unidade na decisão. Penso que era bom discutir esta proposta de tal forma, eventualmente, até começando pela Comissão Permanente, depois trazida aqui à AM, que se conseguisse recolher para esta proposta a opinião unânime, ou a posição unânime, ou apoio unânime da AM, porque está em causa a transferência de poderes de fiscalização da AM para a CM. Para além disso transfere-se da CM para uma EM boa parte da sua actividade; em relação ao pessoal há questões que é preciso perceber e enquadrar. Penso que transfere para o PCM, independentemente, de quem ele é, a supra-intendência da CM relativamente à EM. Aqui pouco vem dito, não se sabe se é pelo telefone, se é por reuniões diárias, se é por mail, se é por fax que se faz essa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

supra-intendência, como é que se faz a vinculação dum ou outro pelo que há muita coisa que nos Estatutos ficam por responder e, portanto, é essa a questão. Pressupõe-se a existência de um Conselho de Administração com 3 pessoas escolhidas pela CM, propostos pelo PCM; pressupõe-se um revisor oficial de contas, mas, enfim, único; pressupõe-se um Conselho Geral sem capacidade de vínculo, ou seja cujas decisões não têm carácter vinculativo. De facto, há aqui uma vontade de transferir este poder de fiscalização e, por essa razão não estou nem contra nem a favor para já; penso que está tudo muito verde, pelo menos na minha cabeça está verde a análise e o estudo desta proposta”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Uma curta intervenção PMAM para dizer que imperativos de eficiência e de modernidade levam este Grupo a apoiar a criação da EM “MONDEMOR - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Montemor-o-Velho – EM””.-----

-----O PCM pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos, dizendo: “Ponto fundamental: penso que se não houve tempo para ler, é possível que não tenha lido toda a legislação das competências que estão atribuídas na Lei 169/99, na Lei 5-A/2002 e na própria legislação que diz respeito às EM e, portanto, o que aqui está não é mais do que é feito e genericamente em todo o país. Há aqui apenas um aspecto que foi relevado na questão posta, penso que pelo Membro Jorge Camarneiro que, de facto foi analisada já noutras circunstâncias, também com outras situações análogas doutras empresas e para o qual, por exemplo a mim não me preocupa nada que os Estatutos pressuponham, é apenas um pequeno exemplo que acho que é perfeitamente pacífico, mas que não existe, pois foram pedidos pareceres à CCDRC e a outras Entidades e que é a questão do empréstimo eventual, de empréstimos a contrair pela EM se terá que ser ou não apresentado à AM. A questão é clara e foi posta porque nenhuma EM em vigor tem isso. A Senhora Directora vai ler o parecer que foi verificado em todas as instâncias e a mim não me aflige rigorosamente nada e se o consenso for esse, introduzam esse ponto como obrigatoriedade. Sinceramente misturaram para aí coisas de que não vale a pena falar, porque as delegações de competências são dadas pela AM quando quiser e retira-as quando quiser, é assim. Agora se querem inventar questões para adiar as coisas, inventem, adiem, para mim é igual. Quanto aos empréstimos eu não estou a contrair e se não posso contrair também não vou dizer à EM para os contrair. Agora, a Senhora Directora está metida nisto, elucide a Assembleia”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

-----A Senhora Directora usou da palavra e disse: “Boa tarde. A questão dos empréstimos, foi uma questão que também me suscitou dúvidas quando o projecto de regulamento me foi entregue. Ele não foi elaborado por mim, mas foi analisado por mim e surgiu-me a mesma questão dos empréstimos de médio e de longo prazo a contrair pela EM na medida em que de todos os regulamentos que consultei e foram muitos das várias EM, quer do Norte, quer do Centro e em todas está previsto, ou seja em todos os estatutos das empresas consta isto. Os empréstimos de médio e longo prazo carecem só da autorização da CM, o que para mim seria um absurdo também numa primeira análise, na medida em que a contracção desses mesmos empréstimos por parte da CM exigem a aprovação pela AM. Consultei vários textos e a CCDRC que no parecer 296/2001 que não foi seguido de qualquer outro em sentido contrário, tem sido sempre reiterado, até numa consulta telefónica feita directamente aos serviços; este parecer pronuncia-se precisamente sobre a questão dos empréstimos e sobre a questão da supra-intendência da CM, do funcionamento e gestão da EM. -----

-----Quanto aos empréstimos a CCDRC pronuncia-se no sentido de que conjuga as 2 questões e diz “Em resposta à consulta, a CCDRC pronuncia-se relativamente ao número 4, do artigo 25º, da Lei número 58/98, que é a Lei das EM. Aí se refere que os empréstimos a médio e a longo prazo contraídos pelas EM relevam para os limites de endividamento dos vários Municípios que criaram essas mesmas empresas ou que nelas participam. Por seu turno a alínea g) do artigo 16º, da mesma Lei, inclui nos poderes de super-intendência exercidos pela CM ou pelo Conselho de Administração das Associações de Município, se se tratar respectivamente duma empresa pública de âmbito municipal ou de âmbito inter-municipal, autorização para a celebração dos empréstimos a médio e a longo prazo. O poder de super-intendência define-se de acordo com certos autores que no poder de definir o rumo a seguir pelas pessoas que integram a administração indirecta do Estado ou Autarquia traçando o Estado ou as Autarquias linhas de rumo ou de orientação quanto à actividade desses Institutos em que se incluem as empresas públicas. O controlo, no caso concreto, sobre as empresas não pode consistir apenas na fiscalização da legalidade da sua actuação, mas tem que incluir também o acatamento das directivas de instruções genéricas emanadas pelos competentes Órgãos Autárquicos. Freitas do Amaral define super-intendência como o poder conferido ao Estado ou a outra pessoa colectiva de fins múltiplos de definir os objectivos a guiar à actuação das pessoas colectivas públicas, de fins singulares colocados por Lei na sua dependência. Constata-se assim, que a super-intendência pressupõe 3 elementos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

essenciais, a saber: existência de 2 pessoas colectivas públicas, uma pessoa de direito público de fins públicos e outro de fins múltiplos e outra de fins singulares; dependência de pessoa singular em relação à pessoa colectiva dos fins múltiplos; poder de emanar directivas e orientações genéricas por parte da pessoa colectiva de fins múltiplos. De acordo com a Lei, no caso duma empresa pública de âmbito municipal, esse poder de super-intendência compete à CM e não à AM, muito embora aquele Órgão Executivo deva facultar à AM informações sobre a actividade e os resultados de todas as entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social, aliás de acordo com a alínea d) do número 1 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei 5-A/2202, de 11 de Janeiro. Por último, se por aplicação do número 4, do artigo 25º, da Lei 58/98, de 18 de Agosto. Os empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelas EM, relevam para os limites da capacidade de endividamento do Município também e consequentemente deve ser nestes casos aplicado o artigo 32º da Lei das Finanças Locais que prescreve que fica excluído o endividamento relativo a empréstimos contraídos para a execução de projectos comparticipados pelos Fundos Estruturais Comunitários no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio. Embora o âmbito de aplicação da Lei das Finanças Locais se restrinja aos Municípios e às Freguesias sendo aplicável às EM ou regimes dos limites de capacidade de endividamento dessa mesma Lei por força do disposto no citado no número 4, do artigo 25º da Lei 58/98, será também de aplicar a norma que exclui alguns empréstimos desses limites de endividamento dado que de outra forma se estaria a interpretar incorrectamente o referido número 4, do citado artigo 25º. A nosso ver, a citada norma pretendeu igualar os efeitos dos empréstimos contraídos directamente pelo Município ou indirectamente pela empresa pública criada pelo Município e sendo essa a razão de ser da norma, só se consegue essa igualdade de efeitos com a aplicação do número 3, do artigo 24º e do artigo 32º da Lei das Finanças Locais, dado que estas são as normas que regulam os limites do endividamento municipal. É este o parecer da CCDRC e tem sido assim entendido em todas as empresas que, se consultarem através dos sites da Internet, aplicam a mesma forma”.----

----- O PCM usou de novo da palavra e disse: “Foi pedido à CCDRC este parecer e isto porquê? Porque na leitura que foi feita quer por mim, quer pela Senhora Directora, quer por outros Membros que trabalhamos os Estatutos, quando consultámos a ANMP e outras empresas, tivemos essas dúvidas. O que está aí bem explicito no parecer e no que compete, no clausulado da legislação aplicável às EM, a autorização é dada pela AM, mas depois passará para a CM. A questão da delegação de competências, ela própria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

depois vai acabar por ter funcionar em parceria de novo com a AM, porque não o posso fazer sem perguntar à AM porque não está na minha delegação de competências da Lei 169/99. Ultrapassando a questão das dúvidas que existem nesta matéria, penso que elas devem ser discutidas aqui e por isso é que está cá o documento. A oportunidade de aprovação do modelo dos Estatutos tem de facto algum carácter, não direi de urgência, mas de temporalidade e tem a ver com questões de mecanismos de a poder colocar a funcionar e isto para responder ao Membro Jorge Camarneiro. As dúvidas postas são extremamente oportunas e adequadas e para o qual, se não tivéssemos aqui já este manancial era porque tínhamos tido alguma leviandade sem as ter equacionado, sem as ter pressuposto, sem as ter posto a discussão como a pusemos. Gostava de chamar a atenção que estes Estatutos foram aprovados pela primeira vez em Outubro de 2004, pelo Executivo anterior, tendo ficado de fora a formalização do capital social e algumas actualizações que entretanto a legislação consequente trouxe. Para que não houvesse incompatibilidade do ponto de vista de aprovação com esses elementos, retomámos no Executivo presente a leitura com a devida correcção desses pressupostos que foram aprovados por duas vezes, em Outubro de 2004 e agora. Nesse contexto, porque é que há tanta pressa agora? É que isto já tempo a mais e, aqui gostaria de dizer, que temos tido reuniões com as entidades Sindicais, porque tudo o que tem a ver com gestão de pessoal que está para além dos Estatutos vai ser alvo de protocolos específicos adequadamente celebrados em parceria entre a Autarquia, a EM e as forças Sindicais, sendo dado conhecimento a esta mesma AM. O que estamos a aprovar são os Estatutos para poder permitir começar a funcionar com isto tudo. É a EM que vai ter que negociar direito jurídico do ponto de vista de subsídio alimentar e de descontos. Os Sindicatos já nos entregaram uma tabela tipo como fazem e, portanto, tem que vir uma proposta depois da eventual EM à CM e à AM para que o estatuto de transferência do trabalhador seja aprovado e que pressupõe a sua manutenção no quadro, que passe a auferir dum subsídio diferenciado, que tem direito ao desconto ou para Segurança Social ou ADSE, é isso tudo. Agora não tem lógica que nós o tranquemos aqui porque ainda nem sabemos quem são os trabalhadores, como é que vão e como é que não vão”.-----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Quanto a estas questões não quero acrescentar nada. Eu coloquei uma questão exacta: o que é que esta AM entendia e, volto a colocá-la no mesmo pé, porque a mim parece-me que ficou claro, quanto à empresa municipal o PS não tem nada a opor e, depois falei concretamente, relativamente à questão destes Estatutos, porque é claro para mim que a AM tem que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

obrigatoriamente aprovar os Estatutos. Ora se tem o poder todo, porque é que as alterações estatutárias não são feitas pela AM. A alínea c), do ponto 3, diz: “a CM tem expressamente de autorizar alterações estatutárias” e para mim, que não sou jurista, significa que eu estou a demitir-me duma competência que tenho. Quero isso ou não? Enquanto Membro da AM eu não quero e, portanto daí que, naturalmente, quando se chegar à questão vou propor que, pura e simplesmente, esta alínea c) seja abolida dos Estatutos. Este é um princípio básico, porque para mim que sou leigo, não sou jurista eu entendo isto assim, agora tenho o poder todo, vou dá-lo aqui ao amigo Mota, pronto deilho. É o que aqui está e a AM tem que dizer se quer ou não e enquanto Membro da AM não quero. Porquê? Porque quero continuar a fiscalizar como diz a Lei a EM, se e quando a tivermos - relativamente a este ponto concreto farei esta proposta pura e simplesmente. As pessoas votaram em consciência, não tem a ver com a EM em si. A questão dos empréstimos, apesar de tudo, com aqueles artigos todos pelo meio, eu continuo a fazer a interpretação que o Líder da CDU faz. Tenho, ainda, 3 ou 4 questões mais de pormenor, mas esta se a Lei diz que tenho que fiscalizar a EM, e depois vêm dizer-me: “olhe desculpe lá, você não me autorizou a mim CM a fazer a alteração do Estatuto? Então eu alterei isto como quis e me apeteceu”. Honestamente, esse poder não estou disposto a dar a CM nenhuma enquanto Membro da AM. A questão do empréstimo também tenho aquela interpretação e iria propor, enfim, uma questão já suplementar, já não retirar pura e simplesmente isto da EM. Depois outras questões há por aqui, mas esta a mim pareceu-me claro. Não foi por acaso que ontem à tarde não andei convosco, porque me faltava compulsar isto tudo e faltava ler; tenho pena, fui ler. Continuo com esta opinião e, portanto não vi esclarecida, de facto, esta questão e mesmo com esta amalgama de artigos fico na mesma, fico com a minha opinião que é a minha opinião”. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Eu à partida também não tenho nenhuma objecção teórica nem prática relativamente à criação de EM, embora esta tenha um âmbito alargado. Nela cabe tudo e nada cabe cá dentro; ou seja, podemos fazer tudo, podemos substituir inclusivamente a actividade da CM pela EM, transferir as pessoas, pôr-lhe as pessoas, no fundo apenas porque podemos ter a vida facilitada do ponto de vista de acesso aos financiamentos, ou uma vida facilitada em relação a empreitadas a concurso público. Digamos que há aqui a fuga a uma dada fiscalização como lei que existe para a criação destas empresas, apesar de que compreendo e possa apoiar uma parte daquilo que leva a propor a criação da EM. Repito, não tenho à partida nenhuma objecção relativamente à criação da EM, mas penso que estes Estatutos devem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

salvaguardar a capacidade da AM, que é no fundo a capacidade política democrática, de fiscalização dos Órgãos Executivos. Nesse sentido penso que mereceria que houvesse uma certa possibilidade de trabalhar artigo a artigo de maneira a acautelar que a AM e, repito, seja ela qual for, seja qual for o Executivo, possa manter a sua prerrogativa de fiscalização. Os Estatutos apontam no sentido de que a fiscalização seja transferida no essencial para o Executivo Camarário. É uma EM com âmbito alargado que se confundirá a dada altura com o próprio Executivo Camarário, portanto esta é que é a questão. Se fosse uma EM para gerir as festas da Vila ou para gerir a piscina municipal muito bem, mas esta EM pode fazer esgotos, água, saneamento, estradas, caminhos. Vamos lá a ver ou o que está aqui escrito tem um valor inferior àquilo que nós estamos aqui a falar e a referir verbalmente, ou então, aquilo que está aqui pressupõe muito mais do que uma questão muito concreta, aliás, pressupõe inclusivamente que com a autorização da CM a EM possa criar outras, comprar participações, fazer eventos, ou seja, tem um âmbito alargadíssimo, daí que exige uma maior discussão. Esta é a minha opinião e mantenho-a e perguntava directamente à Senhor Directora: diz a Lei aponta para que a proposta deva ser sempre acompanhada do necessário estudo técnico económico-financeiro e, portanto, é a Senhora que o diz eu não tenho formação para dizer que não é assim, mas não vejo o estudo técnico económico-financeiro a acompanhar o projecto dos Estatutos. Isto é só para me esclarecer”.-----

-----A Senhora Directora de Departamento usou da palavra para esclarecer as questões colocadas, dizendo: “Relativamente às questões que colocaram vou tentar responder, embora seja um pouco difícil encontrar de momento o que pretendia dizer. Essencial uma das questões que foi referida é que se retenha o que é que é uma EM e tal como consta da Lei 58/98, de 18 de Agosto pressupõe desde logo uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial, portanto não estamos a criar um órgão dependente da AM para executar a CM ou vice-versa, não será portanto essa a questão. Isso está expressamente consignado na Lei 58/98. Essa era uma das questões que achava importante não deixar de referir aqui. Quanto à questão da extinção das empresas e penso que isso terá a ver com a questão também da alteração dos Estatutos, também suscitei essa questão na altura em que este projecto de Estatutos me foi presente que seria se competia à AM aprovar os estatutos, deveria competir à AM aprovar as alterações dos mesmos. Surgiu exactamente o mesmo procedimento, fizeram-se consultas, pediram-se outros estatutos, falou-se com advogados de outras Autarquias e, inclusivamente gestores doutras empresas e está assim em todas. As CM autorizarem a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

alteração de Estatutos. Esta Lei também está para ser revista, era para ter sido já no início deste ano, mas ainda não foi. A Lei das EM vai ser revista a curto prazo, segundo informação fidedigna, porque tem muitas contradições e gera muitas destas dúvidas. A maior partes das empresas, das AM e das CM que criaram EM entenderam que este é o raciocínio plausível, considerando que a alteração dos Estatutos nunca pode imputar uma alteração de fundo estrutural, só poderá implicar alterações moldadas já pelos próprios Estatutos, e, portanto entendem que bastará que a CM fiscalize essas situações. Estou a dizer o que outras cabeças pensam, não o que eu penso. Agora, é uma interpretação de certa forma plausível e reparem que a Lei 58/98 acaba por nos dizer quase isto, porque nos diz que a aprovação dos Estatutos cabe à AM e diz-nos que a extinção das EM é da competências dos órgãos a quem coube a sua criação, ou seja, fica-nos no vazio precisamente a alteração dos Estatutos e pelo que aqui está também não nos diz que tenha que vir à AM. Será uma questão de decisão, pode ser decidida uma alteração a esta alínea deste artigo “ - -----

----- O PCM usou da palavra e disse: “Penso que há aqui 2 pontos para os quais, com a devida vénia dos 5 Vereadores do Executivo, presentes, que votámos por unanimidade este documento, não pomos em causa. Se quiserem que colocar que a autorização da alteração dos Estatutos e que os empréstimos tenham que vir à AM, perfeitamente. Não obsta nada do ponto de vista do Executivo e eu penso que há consenso nessa matéria. Agora que não seja aqui a interpretação feita ao contrário: não fomos nós que inventámos isto para retirar poderes; não, isto foi levantado, por isso é que nós estamos aqui a pedir pareceres, isto é assim, é a prática normal e que tem sido homologado e oficializado por todas as estruturas. Haja este entendimento e dizer assim, olha eles estavam a tentar passar a questão de retirar, não, agora, a minha equidistância duma é igualzinha à da outra, portanto se a maioria dos Grupos entender que quer salvaguardar como um direito de afirmação da AM, pelo respeito que me merece a AAM nós com a autorização do Executivo não levantamos aí dúvidas absolutamente nenhuma; o que me interessa é o conteúdo, o objectivo e a funcionalidade. A transparência da fiscalização tem também o seu interesse e por isso disponibilizo todos os meios. É assim que faço na CM, é assim que não teria lógica estar a pôr uma estrutura fantasma a fazer mitigação daquilo que eu dei, pelo contrário quero fazer aprovar para ser ainda mais transparente. Por isso, em relação a essa matéria sou claramente objectivo e penso que neste momento não sou eu, é o Executivo, estamos aqui maioritariamente 5 desses elementos, e se nós próprios não tivéssemos dúvidas, não tínhamos pedido pareceres. Quanto à questão da delegação de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Abril 26

competências o que aqui está é o que vem na Lei e, aí é mesmo da Lei das EM e não nos esqueçamos duma coisa que foi aqui frisada, é que quer queiramos, quer não estamos a criar uma entidade autónoma, patrimonial, financeira e jurídica. Uma opção e um outro aspecto que acho fulcral, que sintetizei 3 ou 4 ideias força que podem ser criticáveis é o ter um âmbito social se calhar demasiado longo, mas isso já respondi o porquê. Penso que a EM é criada para funcionar, para gerir melhor recursos e não para estar aqui a resolver problemas de satisfação de prerrogativas; é esse o exemplo que vimos noutros lados e não vamos criar uma EM para administrar a problemática “X” outra para a “Z”. Por outro lado a gradual atribuição de competências deve ser feita de acordo com decisões que já hoje aqui discutimos. Se repararem no conteúdo: fala-se lá, era essa a intenção inicial com que eu a desenhei em parceria com o Executivo há um ano e meio; em que deveria ser mais virada para o sistema municipal, por exemplo de águas, saneamento. Hoje tenho dúvidas e sejamos claros nessa matéria, face ao debate que aqui de manhã tivemos se vamos ou não incorporar um sistema intermunicipal, e se formos a que nível é que vamos jogar a EM, é totalmente diferente e, então pára aí. A outra questão fulcral e que há bocadinho, eu vim mais tarde para a reunião, porque tive uma reunião com o Conselho Empresarial do Centro e que tem uma questão fulcral para nós analisarmos que é a gestão de condomínio dos parques empresariais e que a CM também não tem vocação nem perfil para o fazer, mas está a criá-lo e tem depois que criar uma entidade que vai gerir em parceria com os privados a gestão de condomínio de várias áreas não só de manutenção como de exploração. Uma coisa é a CM estar a dá-lo e estar a tirar do seu rendimento, do seu orçamento, outra coisa é uma EM ter consignação de despesa, uma determinada receita que faz na gestão dessa parte e, portanto esses capitais circularem completamente fora do contexto de mais um pagamento que é feito pelo Autarquia, mas é feito pela EM. A questão da gestão do parque desportivo e dos eventos culturais: de manhã não vos disse isso porque me esqueci, mas uma das questões que coloquei e que continuo a colocar como primordial, quando se tiver completado o Centro Náutico é a criação de uma entidade jurídico-administrativa para trabalhar o Centro Náutico a um nível que a Autarquia não tem capacidade para o fazer, no aspecto promocional, de gestão, de rentabilização e de manutenção. Para isso tem que aparecer uma associação, uma empresa, se nós na EM já gerimos hoje pavilhões, piscinas e a parte do Centro, podemos fazer uma parceria com a Associação da Beira Litoral de Remo, com a Federação Portuguesa de Canoagem, com o Instituto de Desporto de Portugal, criar o Centro de Estágio de Alto Rendimento como existe no Jamor, em Rio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

Maior ou em Lamego. Terá de ser ali e, a nossa parceria foi muito clara e disse isto ao Senhor Secretário de Estado, referindo-lhe que temos ali investidos 5 milhões de euros. Um dia hei-de chegar ao Executivo e à AM e propor se aceitam a amortização deste bem e deste equipamento em 20 anos, 30 anos, 50 anos? Vamos ajustar e apresentamos isto como custo anual de amortização através de um arrendamento que faremos a essa entidade quando aquilo estiver tudo a funcionar e os 5 milhões de euros são pagos em 25 anos, mas têm que ser pagos. Não é por acaso que alguém aqui já teve a coragem de perguntar quanto é que se leva de aluguer da pista, ao longo deste tempo todo, à Federação de Remo, à Federação de Canoagem, aos pescadores, etc.? Nem um cêntimo. Isto não é má gestão; é um custo social que estamos a assumir, mas com que prerrogativas? Eventos culturais, sim senhor, as notícias para uns, excelentes realizações na maior, para outros exageros. Vamos também passar isso; olhemos para os exemplos dos nossos vizinhos que aí nos têm dados lições, aqui um bocado mais a norte. Quem quer festa sua-lhe a testa, paga, acabou. O nosso tecido associativo participa. Chegámos à fase em que o deve e o haver é de facto o trivial da nossa discussão e é muito delicado, mas o problema é que se olhamos só para uma dessas partes distorcemos tudo. Portanto em relação à EM optámos por criar nesta primeira fase, apenas as áreas das intervenções na gestão dos equipamentos desportivos, gestão dos eventos para diminuir a carga de envolvimento dos serviços municipais, tornar mais transparente não só a despesa efectiva, como a envolvimento dos meios para que saibamos distinguir cada vez mais o corrente do investimento e isso é um factor claramente de opção que penso que não agride, bem pelo contrário vai reforçar as preocupações que temos aqui dado.-----

-----Quanto a estes aspectos que aí foram sublinhados proponho aos 3 líderes de Grupo que se entenderem se juntem e falem nisso, porque nós aceitamos claramente e ao fazê-lo não o fazemos porque nos tivéssemos sentido repreendidos. Nós próprios tínhamos a opção aqui sustentada, agora pela transparência do processo, pela frontalidade com que estamos nele não temos problemas da fiscalização ser ainda mais reforçada neste ou naquele aspecto, bem pelo contrário. -----

-----Quanto aos aspectos que se prendem com o pessoal, eles estão e vão ser sujeitos a formalização por escrito, protocolos que terão que vir aqui e, portanto, nessa matéria não nos podemos antecipar àquilo que não sabemos”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Nós, obviamente comungamos e acreditamos na bondade dos princípios enunciados pelo PCM e pelo que verificámos existem condições de entendimento entre as diferentes opiniões aqui manifestadas entre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Abril 26

esta AM e o Executivo Camarário. Penso que esta conjugação de esforços entre os Grupos políticos e Câmara numa questão tão essencial como esta, é relevante e positivo para o nosso Concelho. Poderíamos, muito rapidamente, entendermo-nos, por isso proponho a interrupção dos trabalhos por 5 minutos e apelo para que avancemos na aprovação dos Estatutos e na criação desta EM, porque imperativos de eficiência e de modernidade exigem de nós, hoje, políticos coisas que não eram exigidas efectivamente há muitos anos e a criação desta EM é de capital importância".-----

-----Foram concedidos 5 minutos de suspensão dos trabalhos, a fim dos grupos políticos chegarem a um entendimento.-----

----- Passados os 5 minutos de interrupção foi apresentada a seguinte proposta: -----

-----CAPITULO II – ÓRGÃOS DA EMPRESA-----

-----Secção IV – Conselho Geral-----

-----Artigo 15º - (Composição)-----

-----No número um a alínea a) passa a ter a redacção da alínea b) e, a alínea b) passa a ter a redacção da alínea a).-----

-----CAPITULO IV – SUPERINTENDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL-----

-----Artigo 18º - Poderes da Tutela-----

-----A alínea c) foi eliminada, passando a alínea d) a c) e assim sucessivamente até à alínea p). --

-----CAPITULO VI – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL-----

-----ARTIGO 27º - (Empréstimos)-----

-----O número três passa a ter a seguinte redacção: A celebração de empréstimos a médio e longo prazo carece de autorização da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

-----CAPITULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS-----

-----Artigo 34º - (Alteração dos Estatutos, Extinção e Liquidação da Empresa)-----

-----O número um passa a ter a seguinte redacção: A alteração dos Estatutos e a extinção da empresa é da competência da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, sob proposta da Câmara Municipal.-----

-----Não havendo mais intervenções passou-se de imediato à votação deste ponto que obteve o seguinte resultado: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Abril 26***

----- Votos contra – 0; -- -----

----- Abstenções – 1;-----

----- Votos a favor – 34. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Gostava de dizer que me absteve apenas pelo âmbito alargado dos Estatutos desta EM e pelo facto de não ter ficado claro qual o âmbito de fiscalização desta AM junto da própria EM, fiscalização política naturalmente”. ----

----- Foi deliberado, por unanimidade, que todos os pontos aprovados o fossem em minuta para efeitos imediatos -----

----- O Presidente da Mesa perguntou aos elementos do público presente se desejavam fazer alguma intervenção. -----

----- Não tendo havido qualquer pedido nesse sentido, deu por encerrada a Sessão às dezanove horas e trinta minutos. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.
O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha
O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos